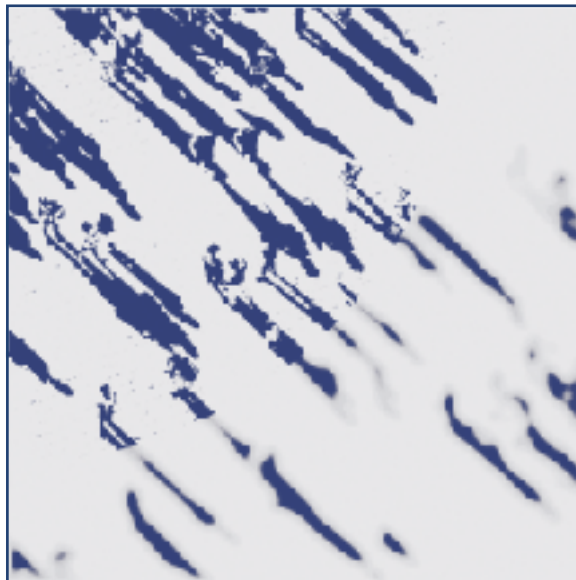
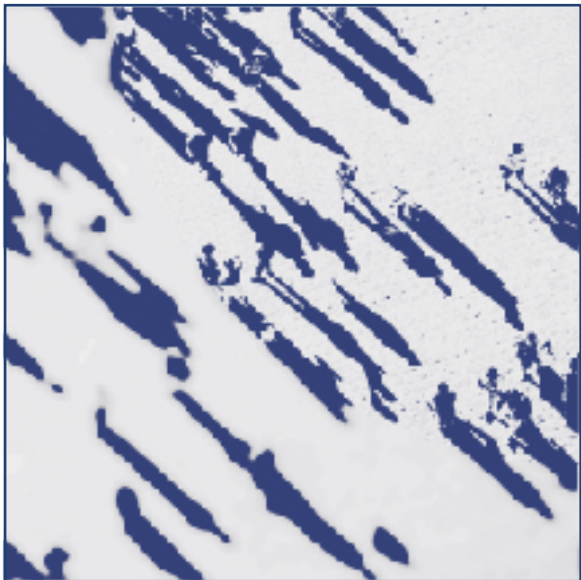


A situação social na União Europeia



2004

Síntese



Comissão Europeia

Prefácio

O Relatório sobre a Situação Social – publicado anualmente desde 2000 – proporciona uma visão prospectiva da dimensão social na União Europeia como pano de fundo para o desenvolvimento da política social e contribui para acompanhar a evolução da situação social nos Estados-Membros. Faz a ponte com outras publicações anuais da Comissão - O Emprego na Europa, as Relações Laborais na Europa e o Relatório sobre a Igualdade entre Homens e Mulheres.

Uma característica especial do relatório é o facto de combinar dados harmonizados puramente quantitativos com informações retiradas de inquéritos efectuados junto da opinião pública. Desta forma, constitui um documento de referência que dá conta das percepções e dos comportamentos das pessoas que vivem na Europa, para além de uma resenha da situação social.

A edição deste ano procura dar conta da dimensão social da União alargada à luz das tendências sociais e dos desafios políticos emergentes.



Stavros Dimas
Membro da Comissão
Emprego e assuntos sociais



Joaquín Almunia
Membro da Comissão
Assuntos económicos e monetários

Índice

1	A situação social numa União Europeia com 25 Estados-Membros	6
2	Tendências demográficas na União Europeia alargada	8
3	Tendências socioeconómicas, condições de vida e desenvolvimento de capital humano	11
4	Protecção Social e Participação Social	16
5	A Agenda Social Europeia na UE-25	22
Anexos:		25
1	Fichas estatísticas	26
	Envelhecimento demográfico	26
	Migração e asilo	27
	Educação e resultados	28
	Aprendizagem ao longo da vida	29
	Emprego	30
	Desemprego	31
	Despesas e receitas dos regimes de protecção social	32
	Prestações sociais	33
	Despesas com políticas de mercado de trabalho	34
	Distribuição dos rendimentos	35
	Agregados familiares com baixos rendimentos	36
	Agregados familiares desempregados e salários baixos	37
	Homens e mulheres na tomada de decisão	38
	Remunerações de homens e mulheres	39
	Esperança de vida e estado de saúde	40
	Acidentes e problemas de saúde relacionados com o trabalho	41
2	Principais indicadores sociais por Estado-Membro e país candidato	42
3	Símbolos, códigos dos países e agrupamentos de países, outras abreviaturas e acrónimos	45

Introdução

A presente publicação constitui uma síntese do quinto relatório sobre a Situação Social na União Europeia. Apresenta uma panorâmica das principais tendências sociais e económicas, devidamente apoiadas pelos dados mais recentes, ao nível Europeu. Este resumo apresenta uma série de quadros estatísticos com um conjunto de indicadores sociais harmonizados a nível da União Europeia. Todas as áreas da política social europeia estão cobertas: população, educação e formação, mercado de trabalho, protecção social, rendimento, pobreza e exclusão social, igualdade entre sexos, saúde e segurança.

1. A situação social numa União Europeia com 25 Estados-Membros

Com o alargamento, as condições sociais na União Europeia diversificaram-se e os desafios políticos ganharam relevo. Ao mesmo tempo, no entanto, a União alargada oferece mais oportunidades de crescimento económico para os Estados-Membros e consequentemente mais possibilidades de dar resposta a estes desafios.

Com o alargamento, a população da UE aumentou, de 20%, para mais de 450 milhões de habitantes, mas o seu PIB apenas subiu de 4,5%. Em consequência, as disparidades socioeconómicas na União irão agudizar-se, sendo de esperar mudanças e desafios substanciais que não devem ser subestimados. As diferenças na situação social entre a maioria dos países da UE-15 e os novos Estados-Membros são significativas em muitas áreas, conforme se dá conta ao longo do presente relatório. Mas, tal como ficou demonstrado numa análise mais aprofundada, as diferenças são mais de grau do que de tipo de desenvolvimento.

1.1 Tendências demográficas: persiste o desafio do envelhecimento

Na sequência do alargamento, quase três quartos da população vive em seis dos 25 Estados-Membros, designadamente: Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Polónia e Espanha, enquanto um quarto se distribuiu por dezanove Estados-Membros pouco e muito pouco povoados.

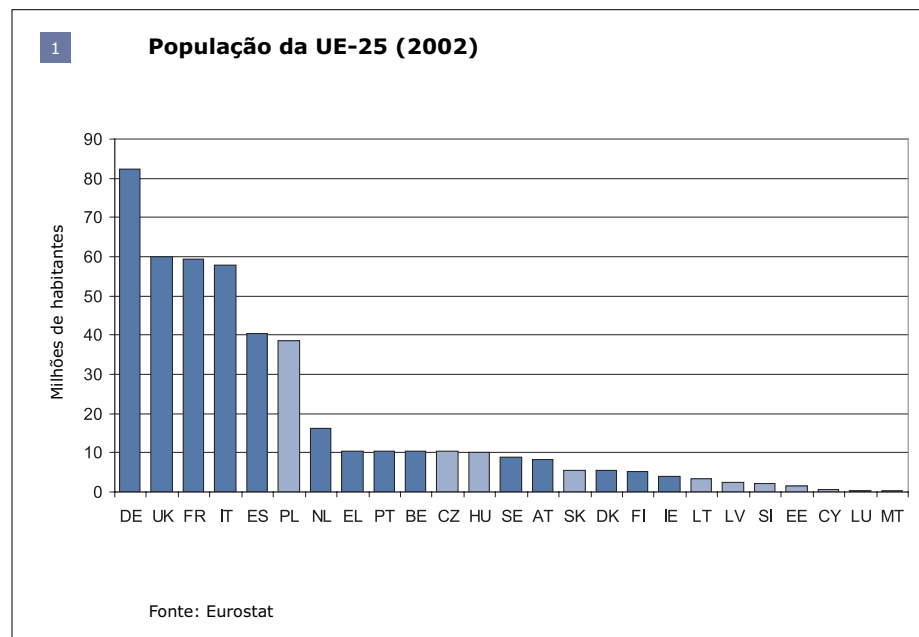
A União alargada continuará marcada por um envelhecimento acelerado dentro de menos de dez anos ...

Actualmente, a população dos novos Estados-Membros é mais jovem do que a dos países que compunham a UE-15. Todavia, isto não significa que o alargamento tenha alterado a trajectória demográfica da União Europeia. Em razão da queda drástica das taxas de fertilidade na maior parte dos novos Estados-Membros nos últimos 15 anos, um rejuvenescimento curto e moderado dará lugar em breve a um processo de envelhecimento mais acentuado. Por outras palavras, a União continuará a ter de enfrentar a perspectiva de rápido um envelhecimento e uma redução da população.

A esperança de vida em muitos dos novos Estados-Membros baixou nos primeiros anos da transição e, apesar de algumas melhorias, mantém-se significativamente abaixo da média da UE. Esta situação reflecte uma mortalidade mais elevada em todos os escalões etários nestes países, em especial no que se refere aos homens. O crescimento económico e a melhoria gradual das condições de vida poderiam constituir um importante contributo para ultrapassar o impacto negativo que os primeiros anos da transição tiveram na mortalidade e aproximar a longevidade da que registam os países da UE-15.

... como consequência das baixas taxas de fertilidade que há mais de uma década marcam os novos Estados-Membros

Nos países da UE-15, as taxas de fertilidade só são inferiores a 1,4 nos três países do Sul, enquanto em 10 dos novos Estados-Membros, sete apresentam níveis de 1,3 ou inferiores. Na UE-25, quase metade dos Estados-Membros registam graves quedas dos níveis de fertilidade, fenómeno que radica em motivos diversos, consoante o Estado-Membro. Esta situação apela à necessidade de reforçar as medidas de conciliação da vida profissional e familiar nas políticas sociais europeias.



O fluxo migratório Leste/Oeste na União prevê-se moderado ...

Na última década, a imigração aumentou consideravelmente em termos de números e de relevo. Todos os países da UE-15 foram afectados pelo surto migratório dos anos de 1990 e muitos registaram um influxo líquido historicamente significativo.

A situação em muitos dos novos Estados-Membros era bem diferente em razão do aumento dos fluxos migratórios para Oeste. Em algumas das Repúblicas Bálticas, o crescimento demográfico foi mesmo negativo em resultado da emigração. Todavia, é importante ter presente que nos últimos dez anos os padrões migratórios mudaram significativamente nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental. Progressivamente, na sua maior parte, de países de emigração, passaram a países de origem e destino de migrantes ou, em alguns casos, apenas a países de destino. Espera-se que a melhoria da situação económica e das condições de trabalho nos novos Estados-Membros, conjugada com o envelhecimento demográfico, torne menos provável a ocorrência de fluxos migratórios para a UE-15.

...mas a imigração para a União, incluindo para os novos Estados-Membros ECO¹, apresenta perspectivas de aumento...

Actualmente, a maioria dos novos Estados-Membros apresenta um saldo migratório líquido positivo. Em 2002², só a Polónia (-0,03%), a Lituânia (-0,06%) e a Letónia (-0,08%) registavam saldos negativos. Com o alargamento, grande parte das fronteiras externas da UE pertencem aos novos Estados-Membros. Os novos Estados-Membros ECO poderão tornar-se cada vez mais países de imigração. Os laços históricos com países de emigração mais a Leste poderão vir a facilitar este processo. A necessidade de uma gestão pro-activa das pressões migratórias e a integração de trabalhadores migrantes de países terceiros, também no plano comunitário, irão aumentar.

... com a população da UE – em contraste com a dos EUA – a estagnar e a diminuir.

A crescente divergência que marca as trajectórias demográficas da UE e dos EUA, resultado da retoma das taxas de fertilidade nos EUA e do aumento da imigração para aquele país, deverá persistir: enquanto a população da UE irá estagnar e começar a diminuir, com uma repentina aceleração do rácio de dependência dos idosos, a população dos EUA e a respectiva força de trabalho continuarão a crescer. Entretanto, o envelhecimento e a diminuição da população japonesa prosseguirão a um ritmo mais intenso do que na UE. Estas diferenças terão implicações económicas e estratégicas relevantes a médio e a longo prazo.

1 Novos Estados-Membros ECO = Novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental

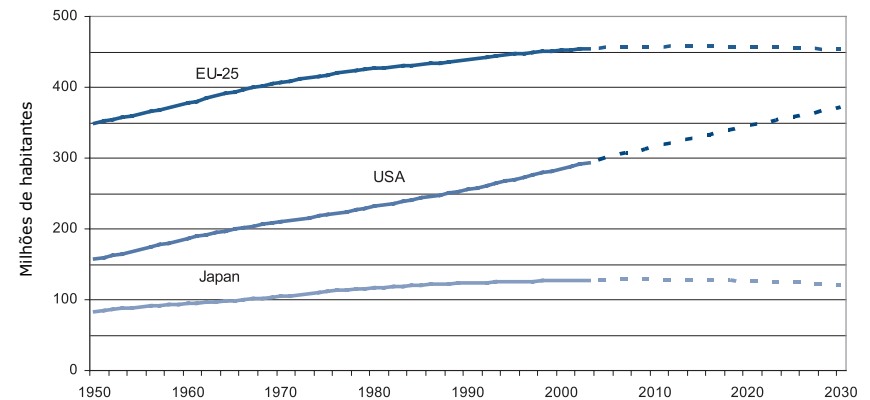
2 Dados provisórios do Eurostat. Os valores positivos de migração líquida são muito mais significativos em Chipre (0,97%) e Malta (0,48%) onde os padrões de imigração são semelhantes aos que se verificam nos antigos Estados-Membros do Mediterrâneo.

3 Comunicação da Comissão - Progressos na implementação dos Documentos de Avaliação Conjunta em matéria de políticas de emprego nos países da adesão, COM(2003) 663 final, e Documento de trabalho dos serviços da Comissão, SEC(2003)1361 de Novembro de 2003.

4 Relatório do Grupo de Missão Emprego (presidido por Wim Kok), Jobs, Jobs, Jobs – Creating more employment in Europe, Novembro de 2003 ; ver também Projecto de Relatório Conjunto sobre o Emprego, COM(2004)24 final 24.01.2004.

5 Comissão Europeia - Concretizar Lisboa - Reformas para a União alargada, COM/2004/0029.

2 Evolução demográfica: UE 25, EUA e Japão, 1950-2030



Fonte: ONU, Perspectivas demográficas mundiais, edição de 2002

1.2 Tendências económicas e do emprego: preparar uma retoma sustentada

Quando comparado com o desempenho na segunda metade e nos finais dos anos de 1990, o crescimento económico nos últimos três anos baixou para quase metade. Conforme consta do relatório *Employment in Europe 2003*, depois de vários anos de forte criação de emprego, que levou a taxa de emprego a atingir 64,3% em 2002, o emprego na UE-15 estagnou no início de 2003 e o seu aumento em 2004-2005 deverá ser lento. Embora a situação nos novos Estados-Membros seja algo diferente, a taxa de emprego total é inferior à da UE-15³. Perante este quadro, é essencial que o emprego contribua mais para o crescimento na Europa, para que se possam cumprir as metas fixadas desde 2000. Actualmente, as taxas de emprego são ainda demasiado baixas, sendo necessários maiores esforços por parte dos Estados-Membros⁴. A meta de 70%, estabelecida para 2010, ainda é realista se a retoma económica induzir taxas tão elevadas quanto as que se registaram nos finais dos anos 90. Esta situação, pouco animadora, deve ser essencialmente imputada à persistência de obstáculos estruturais nos mercados de trabalho e à excessivamente baixa taxa de actividade dos trabalhadores mais velhos⁵.

Embora na UE-15 o aumento do emprego tenha sido de certo modo contido, os 8% verificados em Novembro de 2003 representam um nível relativamente elevado quando comparado com os EUA e o Japão. Simultaneamente, o desemprego de longa duração situou-se nos 3%, com valores ligeiramente superiores para as mulheres. Nos novos Estados-Membros, a taxa de desemprego atingiu os 15%, o desemprego de longa duração aproximou-se dos 8%, sendo ligeiramente mais elevada para a população feminina.

Contrastando com a situação nos EUA, o crescimento médio da produtividade por pessoa com emprego na UE-15 tem vindo a baixar desde os anos de 1990, estando agora perto de 1% ao ano. Os níveis da produtividade global nos novos Estados-Membros são consideravelmente mais baixos do que na UE – em média correspondem a metade dos valores da UE – mas recentemente o crescimento da produtividade aproximou-se dos 4% ao ano.

Após um período de incerteza no primeiro semestre de 2003, há agora sinais de retoma...

Depois de terem atingido os níveis mais baixos na primeira metade de 2003, as economias da zona euro, e da UE em geral, conheceram uma tendência inversa no segundo semestre. O crescimento médio anual situou-se nos 0,4% na zona euro e 0,8% na UE. Tendo em conta a capacidade de recuperação do crescimento e do comércio globais e o regresso da confiança dos produtores e dos consumidores internos, parecem estar criadas condições para uma retoma durante o ano corrente. As projecções para 2004 apontam para taxas de crescimento médio de 1,7% na zona euro e 2% na UE e para 2005 na casa dos 2,4%.

...para tirar pleno partido da dinâmica de crescimento será necessário avançar com determinação na perspectiva das reformas sociais e económicas.

Para além do estímulo externo proveniente da procura global, entre os principais factores que estão por detrás da retoma contam-se as políticas macroeconómicas favoráveis a esta evolução, a desinflação continuada, uma conjuntura financeira propícia e os progressos nas reformas estruturais.

A retoma assenta num aumento das despesas de investimento, apoiado por um aumento gradual do consumo privado. Não obstante o projectado aumento do ritmo da actividade económica, o contexto de prolongada desaceleração deverá continuar a pesar no desempenho do mercado de trabalho.

O crescimento do emprego deverá situar-se nos 0,3% em 2004, com uma ligeira melhoria (0,9%) em 2005. Com as pressões financeiras ligadas ao envelhecimento a tornarem-se mais significativas do que nunca, é importante prepararmo-nos para os efeitos do envelhecimento demográfico nos próximos anos, antes que se faça sentir o principal impacto da mudança demográfica.

2. Tendências demográficas na União Europeia alargada

A União Europeia acolheu 74 milhões de novos cidadãos.

Em 1 de Janeiro de 2003, a população dos dez novos Estados-Membros da UE estimava-se em 74,3 milhões de pessoas, contra quase 379 milhões na UE-15⁶. Assim, o alargamento representou um aumento de quase 20% na população da UE, que conta hoje um total de 453 milhões de habitantes.

A UE alargada representa em termos de população a terceira unidade geográfica no mundo.

Com o alargamento, a proporção da população mundial (6,3 mil milhões de habitantes⁷) que vive na UE passou de 6,1% para 7,2%, fazendo da União Europeia a terceira entidade política em termos demográficos, a seguir à China (quase 1,3 mil milhões de habitantes em 2003) e à Índia (1,1 mil milhões), 55% superior aos EUA (292 milhões) e 3,5 vezes mais povoada do que o Japão (128 milhões).

Todavia, a percentagem da população mundial que vive nos países da UE alargada decresceu ao longo do século XX e continuará a decrescer nas próximas décadas, em resultado do crescimento demográfico acelerado nos países em desenvolvimento. As previsões apontam para que, em 2030, a população da UE-25 represente apenas 6% da população mundial.

O crescimento demográfico na UE 25 será progressivamente mais lento na próxima década, seguindo-se um decréscimo.

Nos países da UE-15, o saldo migratório líquido positivo tem sido o principal motor do crescimento demográfico na última década, caracterizada por um crescimento natural em declínio. Nos novos Estados-Membros ECO – que registaram um crescimento demográfico sustentado desde o final da guerra até meados dos anos de 1980 – o crescimento da população estagnou nos anos de 1990. Em alguns casos, foi mesmo negativo, em resultado da emigração e da queda radical das taxas de fertilidade, conjugadas com um aumento súbito da mortalidade. Em contrapartida, Chipre e Malta apresentaram um crescimento demográfico relativamente importante (15,5% e 9%, respectivamente entre 1993 e 2003).

O envelhecimento da população será também um desafio dominante para a UE-25.

O envelhecimento demográfico foi reconhecidamente um dos grandes desafios da UE-15 e a situação mantém-se após o alargamento. Embora a maior parte dos novos Estados-Membros tenha uma população relativamente mais jovem, em razão de taxas de fertilidade mais elevadas nos anos de 1970 e 1980 e de uma esperança de vida mais baixa, o efeito rejuvenescedor do alargamento será limitado e temporário. A longo prazo, o alargamento irá provavelmente acelerar a tendência para o envelhecimento, já que a maior parte dos novos Estados-Membros conhece níveis de fertilidade muito baixos.

⁶ Fonte: First results of the demographic data collection for 2002 in Europe, Eurostat Statistics in focus, Theme 3, 20/2003.

⁷ Fonte para as estimativas da população mundial, China, Índia, EUA e Japão em meados de 2003: 2003 World Population Data Sheet, do Population Reference Bureau.

Crescimento demográfico: o impacto da fertilidade, da mortalidade e dos fluxos migratórios.

Nas últimas décadas, a evolução demográfica na UE foi afectada por baixos níveis de fertilidade e um aumento contínuo da longevidade, conjugados com fluxos migratórios acrescidos para a União.

Tendências da fertilidade: menos filhos...

Durante várias décadas, as taxas de fertilidade na UE estiveram claramente abaixo do nível de substituição de 2,1, uma tendência que se reforçou com o alargamento. Entre os novos Estados-Membros, só Chipre (1,57 filhos por mulher⁸) e Malta (1,51) estão ligeiramente acima da média da UE-15 (1,47) enquanto os outros novos Estados-Membros apresentam taxas de fertilidade de 1,4 ou menos. Na UE-25, a fertilidade manteve-se 30% abaixo da taxa de substituição desde 1995.

Excluindo a Irlanda, a França (1,88) – país que conseguiu recentemente aumentos da fertilidade – bem como os Países Baixos (1,73) e alguns países nórdicos (Dinamarca (1,73), Finlândia (1,72) constituem as principais excepções às taxas de fertilidade baixas e muito baixas que caracterizam os outros Estados-Membros da UE-25.

A maior parte dos investigadores conclui que estas diferenças entre países radicam numa combinação de diferentes contextos socioeconómicos nacionais, culturais e, sobretudo, políticos. Os Estados-Membros que se encontram nos limites superiores da escala da fertilidade são, na sua maior parte, aqueles que apresentam o conjunto de políticas mais desenvolvido na esfera do apoio à família.

... e cada vez mais tarde.

Tendo presente uma tendência geral para protelar a maternidade, registam-se significativas diferenças no que se refere ao timing dos nascimentos nos países da UE-15 e nos novos Estados-Membros. Durante séculos, a parte oriental da Europa manteve uma tendência para o casamento e a maternidade precoces, enquanto que na Europa Ocidental se casava mais tarde, o que significava também uma redução do número de anos fecundos. Os dados mais recentes indicam que, embora a idade média das mulheres quando dão à luz o primeiro filho tenha passado dos 24 para os 26 anos nos novos Estados-Membros, é ainda mais baixa do que a verificada na UE-15, onde varia entre 26 e 29 anos.

A maternidade tardia tem importantes implicações em termos de saúde. O adiamento da maternidade não só levou a um aumento significativo do número de tratamentos de infertilidade, mas também originou preocupações médicas acrescidas quanto aos riscos associados a gravidezes tardias, tanto para as mães como para os filhos. Acresce que há cada vez mais casos na Europa de pessoas sem filhos contra a sua vontade e em muitos casos a maternidade adiada acaba por ser impossível de concretizar.

A esperança de vida continua a aumentar ...

Entre 1960 e 2001, a esperança de vida média à nascença nos países da UE-15 passou dos 70,1 para 78,5 anos (de 67,4 para 75,5 anos para os homens e de 72,9 para 81,6 anos para as mulheres). Geralmente, assume-se que o aumento da esperança de vida na última parte do século XX resultou da combinação de novos estilos de vida com condições de vida melhoradas e progressos nos cuidados de saúde, que passaram a ser acessíveis a um vasto espectro da população por via dos serviços nacionais de saúde.

... mas de forma menos significativa nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental do que nos países da UE-15.

Em termos de tendências de mortalidade e longevidade, Chipre e Malta apresentam situações análogas aos países da UE-15. Todavia, não é este o caso em relação aos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental. Em 1960, estes países registavam níveis de esperança de vida análogos aos países da UE-15, mas, desde então, a mortalidade evoluiu de forma muito diferente, sobretudo para os homens. Enquanto que na situação dos homens nos países na Europa Central e Oriental se verificou uma certa estagnação e progressos moderados, a UE-15 reduziu significativamente o número de mortes por doenças cardiovasculares e registou avanços consideráveis no combate às doenças "societais". Acresce que, no início da década de 1990, o processo de transição política e económica nos países da Europa Central e Oriental teve um impacto negativo nas condições de vida e nos recursos dos sistemas de cuidados de saúde e de protecção social, provocando um aumento da mortalidade e a uma diminuição da esperança de vida.

A esperança de vida na UE-15 varia actualmente entre os 73 e os 78 anos para os homens e os 79 e os 83 anos para as mulheres. Em contrapartida, nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental, varia entre os 65 e os 72 anos para os homens e os 76 e os 80 anos para as mulheres.

A imigração tornou-se um importante factor da actual evolução demográfica...

A imigração, enquanto terceiro vector da evolução demográfica, aumentou consideravelmente em dimensão e em importância ao longo da última década. A imigração representa agora três quartos do crescimento demográfico líquido nos países da UE-15. Com efeito, sem ela, alguns Estados-Membros teriam visto as respectivas populações diminuir nos primeiros anos do novo milénio. Em média, na segunda metade de década de 1990, 18% das pessoas que se instalaram em países da UE eram nacionais de outros Estados-Membros, 27% eram expatriados que regressavam aos respectivos países de origem e 54% eram nacionais de países terceiros (Eurostat, 2003). Em 2001 e 2002, a imigração líquida estimava-se em cerca de 1 milhão de pessoas.

Ainda que todos os países da UE-15 tenham sido afectados e muitos tenham registado fluxos migratórios líquidos positivos, o que corresponde a valores historicamente significativos, a situação para muitos Estados-Membros nos anos de 1990 era assaz diferente. Em algumas das Repúblicas Bálticas, o crescimento demográfico foi mesmo negativo em resultado da emigração.

⁸ Todas as taxas de fertilidade dão conta do número de filhos por mulher, com base nos dados do Eurostat 2002, excepto Malta e Chipre, cujos últimos dados disponíveis correspondem a 2001.

O mesmo período testemunhou igualmente um alargamento e uma diversificação na tipologia dos migrantes, dos padrões de fluxos e da combinação dos países de emigração e de imigração. Acresce que países outrora de emigração (Espanha, Portugal, Itália, Grécia e Irlanda) se tornaram destinos de imigração, com fluxos líquidos compostos de expatriados de regresso ao país e de nacionais de países terceiros⁹.

Em 2002, o número de estrangeiros que vivia nos países da União alargada estimava-se em 21,6 milhões de pessoas, o que representava cerca de 4,8% da população. Destes, 14,7 milhões eram nacionais de países terceiros (3,3%) e 6,9 milhões (1,5%) eram cidadãos da UE que viviam noutros Estados-Membros. O Estado-Membro com maior número absoluto de estrangeiros é a Alemanha (7,3 milhões, o que corresponde a perto de 9%), sendo o Luxemburgo o que tem maior proporção de estrangeiros (37%, essencialmente nacionais de outros Estados-Membros). O número de estrangeiros reflecte padrões de imigração actuais e passados, além de ser o resultado de diferentes disposições em matéria de naturalização.

...e o alargamento não irá mudar estes padrões, ainda que alguns antigos fluxos migratórios se transformem em mobilidade transfronteiras dentro da União.

O efeito de atracção de uma população da UE próspera e em envelhecimento não irá mudar com o alargamento. Com a diversidade acrescida dos 25 países que a integram, a UE poderá mesmo tornar-se ainda mais atractiva para os imigrantes económicos. Dados os laços históricos e culturais existentes, os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental poderão tornar-se cada vez mais países de acolhimento para emigrantes provenientes de países da antiga União Soviética.

Com a entrada na UE dos dez novos Estados-Membros em 2004, alguns movimentos migratórios, que historicamente constituíam fluxos de imigração, vão transformar-se em mobilidade interna. Sem prejuízo de certas restrições temporárias à mobilidade profissional, a experiência anterior conjugada com estimativas recentes sugere que a mobilidade profissional dos novos para antigos Estados-Membros pode ser moderada a limitada, com algumas situações específicas nas regiões de fronteira. Com a melhoria da situação económica nos novos Estados-Membros, torna-se ainda menos provável a ocorrência de fluxos migratórios significativos para o Ocidente.

Nos últimos dez anos, os fluxos migratórios mudaram radicalmente nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental. Na maior parte destes países, os movimentos de migrantes tornaram-se progressivamente menos dirigidos para o exterior do que para o interior. Assim, embora a migração líquida seja relativamente pequena, tornou-se gradualmente positiva na maior parte dos novos Estados-Membros.

Em 2002¹⁰, foram registados fluxos migratórios líquidos positivos na Hungria (0,13%), República Checa (0,12%), Eslovénia (0,11%), Eslováquia (0,02%) e Estónia (0,01%), enquanto que a Polónia (-0,03%), a Lituânia (-0,06%) e a Letónia (-0,08%) registavam valores negativos. Os influxos provinham essencialmente dos países da Europa Oriental (Ucrânia, Bielorrússia, Rússia e países do sudeste europeu). A tipologia dos fluxos para os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental varia consideravelmente, incluindo não só trabalhadores não qualificados das regiões da ex-União Soviética, mas também mão-de-obra altamente especializada, migrantes retornados e repatriados de outros antigos países comunistas.

Síntese

- O alargamento não irá alterar o processo de envelhecimento na União. O potencial de crescimento económico e social continuará a ser afectado por uma população activa em diminuição e pelo crescimento da população reformada.
- Os próximos cinco anos representam a última oportunidade de abertura demográfica antes do início de um processo de envelhecimento rápido. A preparação para o envelhecimento exige esforços acrescidos para aumentar a taxa de emprego e atrasar a saída do mercado de trabalho.
- Nos últimos dez anos, a migração líquida foi o principal motor de crescimento demográfico na União. Com os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental progressivamente a passar de países de emigração para países de acolhimento, as políticas de promoção da integração económica e social dos imigrantes torna-se uma questão de interesse comum.
- Com o alargamento, aumentou o número de Estados-Membros com taxas de fertilidade muito baixas. Os países da UE com políticas de apoio à família registam níveis mais elevados de fertilidade e de participação feminina no mercado de trabalho.

⁹ Imigração, integração e emprego, COM/2003/0336 final.

¹⁰ Dados provisórios provenientes do Eurostat: First Results of the Demographic Data Collection for 2002 in Europe, Statistics in Focus, Theme 3 – 20/2003. Chipre (0,97%) e Malta (0,48%), países com padrões migratórios semelhantes aos existentes nos antigos Estados-Membros mediterrânicos, apresentam um saldo migratório líquido positivo muito mais importante.

3. Tendências socioeconómicas, condições de vida e desenvolvimento de capital humano

Na última década, a maior parte dos países da UE-15 registou continuados ganhos de emprego, PIB per capita e coesão ...

A experiência socioeconómica dos países da UE-15 desde 1995 foi positiva e esteve marcada por progressos contínuos em termos de emprego, rendimento real e redução das desigualdades.

Enquanto os Estados-Membros com um PIB per capita inferior à média da UE-15 continuavam a melhorar a sua posição relativa, a União conhecia progressos significativos na redução das disparidades entre os países e regiões que a compõem. A Irlanda revelou-se o caso mais notável, com um rendimento correspondente a 125% da média da UE em 2002, contra 80% no início dos anos de 1990.

... mas na maioria dos novos Estados-Membros muitos dos progressos que as recentes mudanças auguravam ainda não se concretizaram.

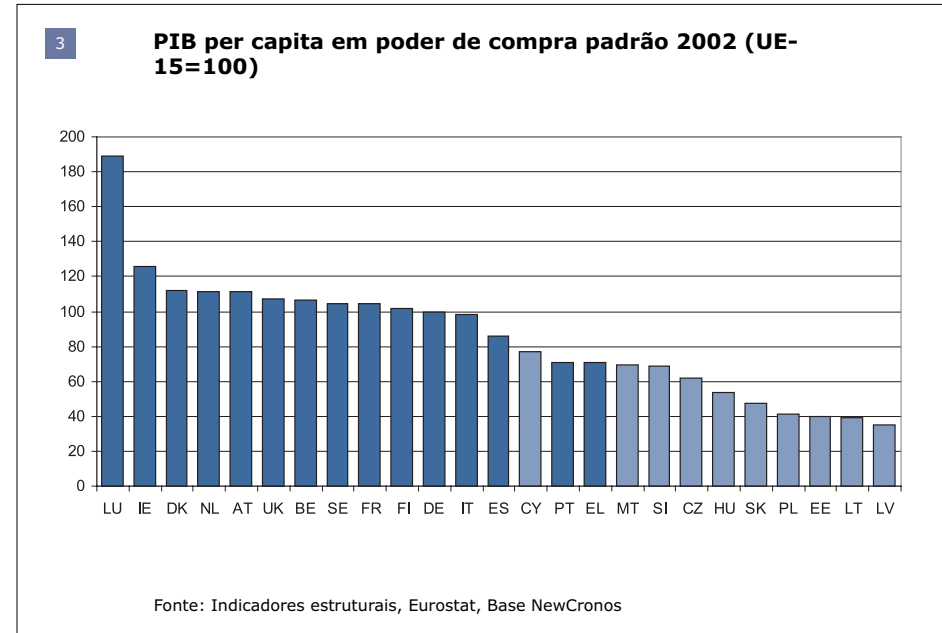
Em contrapartida, oito dos dez novos Estados-Membros – os da Europa Central e Oriental – conheceram graves crises socioeconómicas quando emergiram do longo período de estagnação económica que caracterizou o antigo regime e iniciaram o caminho para a economia de mercado. Durante os anos de 1990, as populações destes países conheceram períodos de transição turbulentos e por vezes muito difíceis, caracterizados por instabilidade económica, mudanças políticas radicais e reformas estruturais e institucionais. Enquanto pequenas partes da população viam melhorar radicalmente a respectiva situação socioeconómica, muitas apenas conheceram progressos moderados num contexto menos seguro. Para uma minoria, as condições de vida pioraram.

Não obstante o crescimento económico relativamente sustentado desde meados da década de 1990, estes países estão ainda longe do PIB médio da UE-15. A grande maioria recuperou das perdas que sofreu durante o período de transição, mas alguns vêem ainda o respectivo PIB abaixo do nível que havia atingido nos últimos tempos do antigo regime. Todavia, em 2001 e 2002, os novos Estados-Membros atingiram taxas de crescimento dos respectivos PIB bastante superiores à UE-15 e muitas das previsões actuais indicam que estão bem colocados para acelerar o ritmo de crescimento após o alargamento, realizando assim progressos na perspectiva da convergência real.

Na União alargada as disparidades de rendimento entre as regiões e entre os Estados-Membros serão mais acentuadas ...

As diferenças entre as situações socioeconómicas dos países da UE-15 e dos novos Estados-Membros são particularmente acentuadas na esfera da coesão social¹¹. Enquanto nos países e regiões da UE-15 as disparidades de rendimento conheceram uma significativa redução entre 1995 e 2002, nos novos Estados-Membros, durante este mesmo período, as desigualdades acentuaram-se.

Com o alargamento a 25 Estados-Membros, as assimetrias na distribuição dos rendimentos na União aumentaram consideravelmente. Dos novos Estados-Membros, só o Chipre apresenta um PIB per capita de 75% acima da média da UE-25. No plano regional, isto significa que o PIB per capita de 10% da população que vive nas regiões mais prósperas da UE-25 é actualmente 4,5 vezes mais elevado do que o PIB per capita dos 10% que vive nas regiões menos prósperas.



Em consequência, o alargamento irá reconfigurar a coesão social na União. Os desafios para a promoção da coesão social nos e entre os Estados-Membros serão maiores e mais complexos. Os sucessos recentes na redução da diferença Norte-Sul na UE-15 – com os países mediterrânicos a recuperar a distância que os separava do resto da União – irão perder grande parte do seu impacto com a magnitude das novas divisões Leste-Oeste que resultam do alargamento.

¹¹ Comissão Europeia: Terceiro Relatório da Coesão 2003, COM/2004/107. Ver também projectos de investigação financiados no contexto do Programa Quadro de Investigação - <http://www.cordis.lu/citizens/home.html>

...e ainda, que os níveis de pobreza relativa nos novos Estados-Membros tendam a ser moderados, ...

Uma coisa é comparar oportunidades médias com recurso aos números do PIB, outra coisa, porém, é considerar a distribuição do rendimento na sociedade e, em especial, a extensão da pobreza relativa e absoluta. Na UE, o limiar da pobreza relativa corresponde a 60% do rendimento médio. A pobreza é, pois, um conceito relativo, definido em relação ao nível geral de prosperidade de cada país e expresso com referência a um valor central da distribuição do rendimento, tendo em conta a dimensão do agregado familiar. Com base nesta definição, a pobreza atinge 15% da população dos países da UE-15, cerca de 60 milhões de pessoas, e uma proporção análoga em oito dos novos Estados-Membros para os quais existem dados comparáveis (excluindo a Hungria e a Eslováquia). O nível mais baixo da pobreza relativa na nova União encontra-se na Eslováquia (5%) e o mais elevado na Irlanda, Grécia e Portugal, com cerca de 20% da população a viver abaixo do limiar dos 60%. Apesar da tendência verificada na última década, no sentido de um risco de pobreza mais elevado, os novos Estados-Membros, essencialmente mercê de circunstâncias históricas, apresentam resultados comparativamente satisfatórios em relação a este indicador¹².

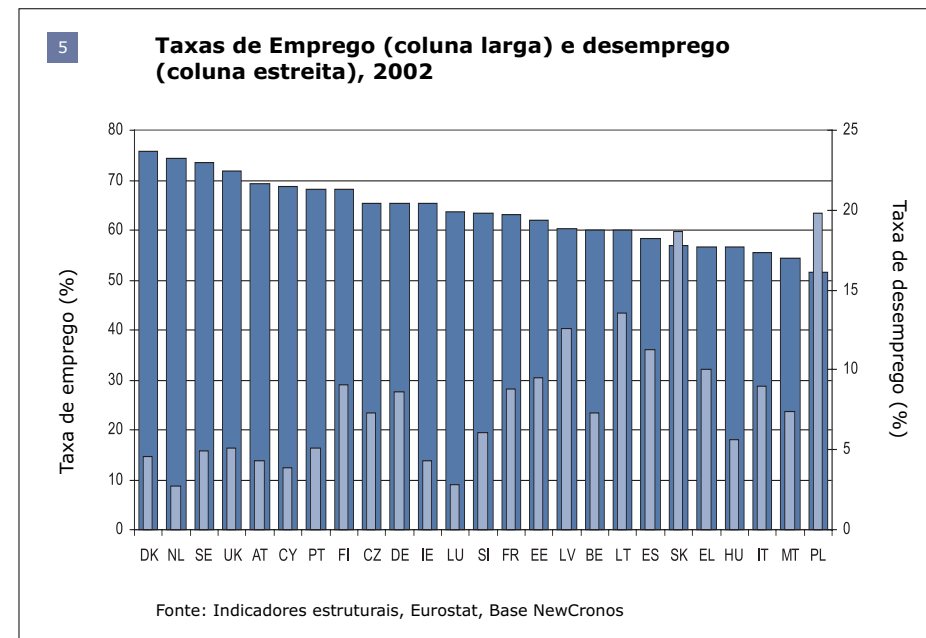
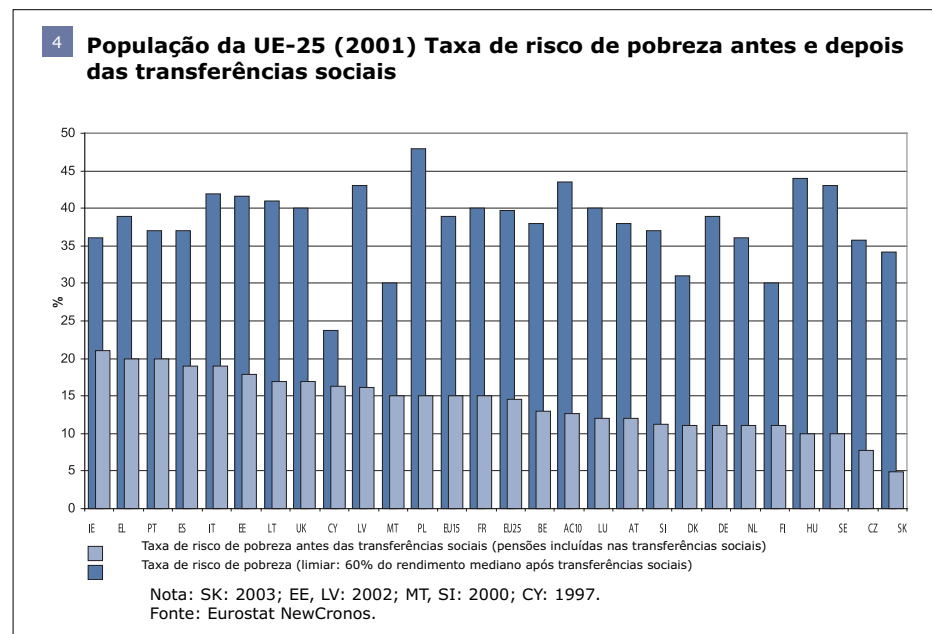
...os níveis absolutos reflectem disparidades na distribuição do rendimento na União alargada.

Todavia, embora a pobreza em termos relativos apresente contornos análogos na União alargada, persistem diferenças substanciais em termos *absolutos*. Com o PIB per

capita médio mais de cinco vezes superior no país mais rico da UE-15 (Luxemburgo) em relação ao mais pobre dos novos Estados-Membros (Letónia) e as remunerações líquidas a revelarem disparidades análogas, é claro que o limiar de pobreza nos termos definidos supra traduzirá padrões de vida muitos diferentes.

O emprego é uma determinante essencial da inclusão económica e social ...

As taxas de emprego regionais continuam a reflectir a divisão Norte-Sul com importantes implicações para a situação social. Todavia, com o alargamento, as taxas de emprego mais baixas que prevalecem em muitas regiões do Sul da Europa também estão presentes a Leste¹³.



12 Relatório de Síntese dos Memorandos Conjuntos sobre inclusão social, Comissão Europeia, 2004.
 13 Comissão Europeia : Employment in Europe 2002 e 2003.

... e reflecte a forma como os padrões de vida dependem do crescimento do emprego na UE-25...

Enquanto o emprego apresentou sinais de retoma desde meados da década de 1990 nos países da UE-15, nos novos Estados-Membros ECO sofreu uma queda em resultado das reestruturações e das perdas de postos de trabalho na agricultura e na indústria. Estas perdas na agricultura e nas indústrias de base ainda não foram compensadas por crescimento nos serviços. Assim, entre 1998 e 2002, o emprego total nos serviços nos novos Estados-Membros diminuiu em vez de aumentar¹⁴.

... o qual por seu turno depende do investimento em capital humano através da educação ...

As oportunidades de emprego estão estreitamente relacionadas com os níveis de habilitações educativas, os quais constituem um elemento essencial do "capital humano", sob dois importantes aspectos:

- no plano individual, estão directamente relacionadas com a situação socio-económica e constituem uma das principais variáveis determinantes dos nossos padrões de vida (i.e. mais elevada propensão para um emprego bem remunerado, inclusão social, vida saudável, etc.);
- no plano da sociedade (empresas e instituições) estão ligadas à produtividade, inovação, crescimento económico e coesão social.

O investimento em capital humano contribui reconhecidamente de forma significativa para o aumento da produtividade e desempenha um papel fundamental na dinamização da mudança tecnológica. Assim, mais um ano de escolaridade, de acordo com estudos recentes, poderia significar um aumento de 6,2% da produtividade agregada¹⁵. Mas é também importante garantir que o investimento em educação e formação incida em áreas passíveis de maior rentabilidade¹⁶.

... e suscita a problemática das disparidades na aprendizagem ao longo da vida.

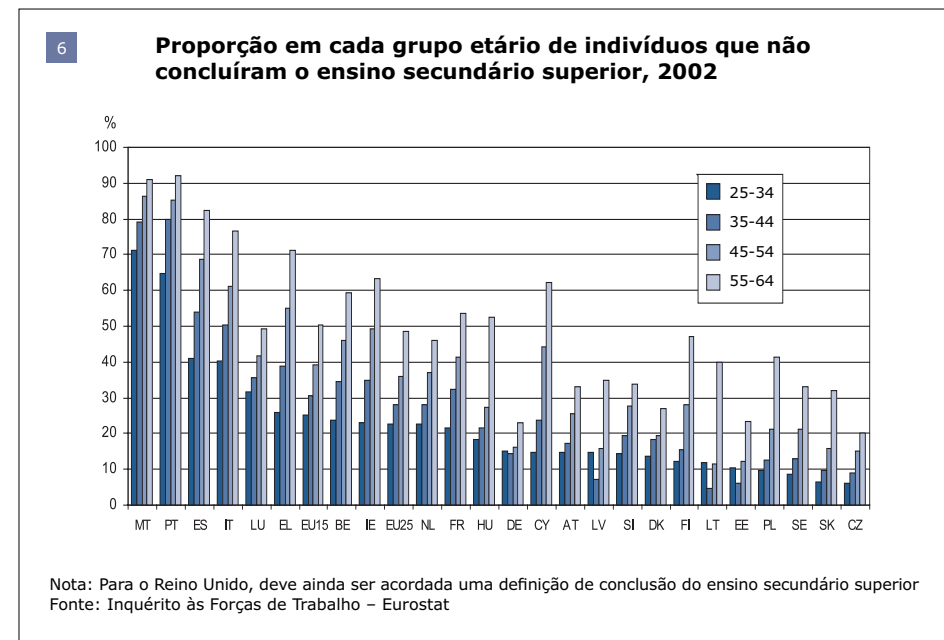
Na Europa, há relativamente pouca oferta de mão-de-obra formada em novas competências, contrastando com o importante contingente de trabalhadores com poucas qualificações e baixa empregabilidade. Estes dois factores contribuem para a escassez de oferta que se faz sentir no escalão superior do mercado de trabalho e para a realidade dos despedimentos nos níveis inferiores, o que evidencia a necessidade de formação contínua para corrigir inadequações nas qualificações profissionais.

14 Comissão Europeia: Employment in Europe 2002 e 2003.

15 Ver A.de la Fuente and A.Cicone: Human capital in a global and knowledge-based economy, part I (May 2002); and part II (assessment at the EU country level) (March 2003).

16 Comunicação da Comissão - Investir eficazmente na educação e na formação: um imperativo para a Europa, COM(2002) 779 final.

17 Para mais elementos sobre emprego e competências remete-se para o estudo Employment Precarity, Unemployment and Social Exclusion (EPUSE) Policy Report (pag 6), financiado pelo 5º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento - <http://cordis.lu/citizens/publications.htm>.



O gráfico 6 ilustra como os níveis de habilitações inferiores se concentram nas faixas etárias superiores. Porém, evidencia também a necessidade de formação e actualização de competências nos trabalhadores dos escalões etários intermédias e superiores, em especial à luz do envelhecimento demográfico¹⁷.

Da leitura do gráfico, depreende-se que, no que se refere a ensino secundário superior, os novos Estados-Membros, em especial os da Europa Central e Oriental, ultrapassam a maior parte dos países UE-15 com uma margem significativa: cerca de 81% da população com 25-64 anos completou o ensino secundário superior nos dez novos Estados-Membros contra 65% nos países UE-15. Por outro lado, no tocante ao ensino superior, a UE-15 apresenta melhores resultados, com uma taxa de frequência de 22% contra 13% para os novos Estados-Membros.

Todavia, as taxas de frequência formais não são facilmente comparáveis, dadas as diferenças entre os diferentes sistemas educativos. Há elementos reveladores de diferenças qualitativas nos sistemas educativos quanto à pertinência dos currículos, à actualização das competências docentes e aos recursos técnicos. Os novos Estados-Membros ocupam a metade inferior do escalão de desempenho quando se trata de medir a literacia matemática e científica¹⁸.

As disparidades nos vários grupos etários na UE também se fazem sentir quando se analisam os dados relacionados com aprendizagem ao longo da vida e familiarização com as TIC. A participação na formação contínua e na actualização dos níveis de competências é mais comum nos países UE-15, sendo parcialmente organizada pelas empresas. No que se refere à utilização das TIC, só 13% das pessoas com mais de 55 anos utilizavam a Internet em 2002, contra 65% no escalão dos 15-24 anos, sendo que as pessoas com menos de 15 anos de escolaridade tendem a utilizar a Internet só marginalmente. Estas diferenças revelam a existência de fracturas digitais e acentuam os riscos presentes de exclusão social.

Quando se trata de literacia digital¹⁹, os novos Estados-Membros estão aquém dos países UE-15. Continuam a faltar dados comparáveis nesta área, apesar dos inúmeros inquéritos realizados sob a égide do projecto SIBIS²⁰. Esta situação fica em parte a dever-se à falta de uma definição clara de "literacia digital", conceito que tem diferentes significados em contextos socioeconómicos distintos. Mas fica também a dever-se à natureza dos dados, essencialmente baseados em entrevistas telefónicas, que podem não ter em devida conta os grupos sociais menos favorecidos. Todavia, os dados disponíveis revelam que os Estados-Membros do Norte aparecem no topo da escala, com fortes variações no resto da União. A literacia TIC é primordial para a melhoria do desempenho económico na Europa, onde a força de trabalho diminui e envelhece, sendo um veículo de promoção da coesão económica e social.

O estado de saúde dos europeus reflecte o ambiente económico e social em que vivem ...

A convergente diminuição das taxas de mortalidade nos países UE-15 desde finais da década de 1960 reflecte uma convergência análoga da mortalidade provocada por certas doenças²¹. Esta tendência pode ser explicada por estilos de vida e padrões de cuidados de saúde cada vez mais semelhantes na União Europeia. Acresce que as tendências demográficas irão reforçar a prevalência de doenças ligadas à idade que conferirão ulterior convergência aos padrões de morbilidade e às necessidades de cuidados de saúde na União.

As baixas taxas de mortalidade dos países UE-15 não se verificam nos novos Estados-Membros, com excepção de Malta e Chipre que apresentam tendências análogas aos países UE-15. A partir de finais da década de 1980, quando os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental iniciaram o período de transição, observou-se uma deterioração

da esperança de vida. As diferenças entre os países UE-15 e os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental agravaram-se de cinco anos, em 1990, para 7 anos, em 1994, e 6 anos, em 2000. Para as mulheres, a tendência foi análoga, embora o diferencial seja ligeiramente inferior.

... e as condições de trabalho.

Cerca de 40% dos inquiridos numa recente sondagem²², realizada nos países da adesão, considera que o seu trabalho afecta a respectiva saúde e segurança – uma proporção que contrasta com os 27% registados nos países UE-15. Estes problemas são mais acentuados na Letónia e na Lituânia, enquanto que na Estónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia e Malta a sua incidência é menor. A implementação do acervo comunitário em matéria de saúde e segurança no trabalho deverá contribuir para melhorar a situação.

Fortes variações nas despesas das famílias e nos padrões de consumo na União ...

Na Lituânia (45%), Letónia (39%) e Estónia (34%), a parte mais substancial do orçamento familiar é gasta em alimentação e bebidas não alcoólicas. Com efeito, enquanto a principal componente das despesas do agregado familiar na maior parte dos novos Estados-Membros é a alimentação, nos países UE-15 é a habitação que absorve a principal quota-parte dessas despesas. É o caso sobretudo do Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido e Alemanha.

O custo relativamente elevado da habitação constitui um fenómeno recente. Nos países UE-15, verificou-se uma mudança considerável na estrutura das despesas dos agregados familiares nos anos de 1990, patente no forte aumento da quota-parte das despesas com a habitação e de um correspondente decréscimo das despesas com alimentação.

... as diferenças nas condições de vida na União alargada reflectem-se no nível de satisfação dos cidadãos ...

Verificam-se grandes diferenças no que se refere ao grau de satisfação dos cidadãos entre os antigos e os novos Estados-Membros, com aproximadamente 88% das pessoas na UE-15 satisfeitas contra apenas 69% nos novos Estados-Membros ECO. Quando comparados aos da UE-15, os cidadãos dos novos Estados-Membros mostram-se igualmente menos satisfeitos com as respectivas situações financeiras e de emprego. Acresce que as pessoas estão menos satisfeitas com a respectiva segurança pessoal e vida social nos novos Estados-Membros, salientando não se tratar apenas de factores materiais, mas também de outras dimensões da vida que poderiam ser melhoradas. Os números mostram que o diferencial Leste-Oeste na União alargada, no que se refere à qualidade de vida declarada e ao grau de satisfação, é muito mais acentuado do que aquele que se verifica entre os países UE-15 do Norte e os do Sul.

18 OCDE: Programme for International Student Assessment (Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes).

19 SIBIS Pocket Book 2002/03.

20 O SIBIS (Statistical Indicators Benchmarking the Information Society) é um projecto do Programa da Sociedade da Informação da Comissão (IST-2000-26275) que decorreu entre Janeiro de 2001 e Setembro de 2003.

21 H.Brenner: Social Determinants of Health, TUB (relatório final para a Comissão Europeia, Outubro 2003).

22 Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho: condições de vida nos países da adesão e nos países candidatos (Dublin 2003).

... e na forma como se sentem excluídos.

Há mais pessoas nos novos Estados-Membros que declaram sentir-se excluídas, inúteis e abandonadas pela sociedade do que nos países UE-15. A proporção mais elevada encontra-se na Eslováquia, onde mais de um quarto da população dá conta de falta de sentimento de pertença. Dos novos Estados-Membros, só a Eslovénia e a Polónia apresentam uma proporção de inquiridos que conheceram a exclusão social inferior à média de UE de 12%.

Na UE-15, a exclusão social declarada varia entre 7% na Dinamarca e Países Baixos e 15% em Portugal. Em termos globais, a variância nas percepções coincide com a variância nos indicadores objectivos: quando mais baixo o PIB per capita, mais alta a taxa de emprego e a prevalência de pobreza extrema, maior é o nível de exclusão social declarada.

Um aspecto ainda mais positivo da análise reside no facto de as populações dos novos Estados-Membros, com excepção da Letónia, dar conta de níveis de satisfação mais elevados do que os que os gregos e os portugueses manifestavam quando estes países aderiram à União. Outro aspecto interessante reside na heterogeneidade entre os dez novos Estados-Membros no tocante à qualidade de vida subjectiva. As diferenças entre os novos Estados-Membros são mais acentuadas do que entre os países UE-15. O mesmo se pode dizer em relação às diferenças entre países, isto é, as variações no grau de satisfação declarado dentro de um país são mais acentuadas nos novos Estados-Membros do que nos países UE-15, em especial quando se tem em conta a idade, a situação na profissão e o nível de habilitações educativas.

Síntese

- Com o alargamento, a população da UE aumentou de 20%, mas o PIB apenas cresceu de 4,5%, o que acentua as disparidades regionais na distribuição do rendimento e reforça a importância do desafio da promoção da coesão social.
- O alargamento irá colocar novos desafios à coesão social, ainda que haja significativos progressos a registar na UE-15 na última década. O rendimento em 82 regiões da União alargada, que representam 31% da população, situar-se-á abaixo dos 75% da média da UE-25. Dois terços destas pessoas vivem nos novos Estados-Membros, onde representam cerca de 95% da respectiva população.
- Os níveis de pobreza relativa nos novos Estados-Membros tendem a ser moderados, ainda que os níveis de rendimento absoluto e os padrões de vida sejam baixos, em especial nas categorias mais desfavorecidas, em comparação com a UE-15. As problemáticas da pobreza, exclusão social e qualidade de vida ganham relevo na União alargada.
- Em 2002, o PIB real nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental excedeu, em média, de 13% os números de 1989, mas estes valores médios escondem importantes disparidades entre países, alguns dos quais registavam níveis abaixo dos valores de 1989. Durante o período de transição, o crescimento do PIB foi essencialmente induzido pela produtividade. Na fase seguinte, será essencial que o crescimento se traduza em aumento do emprego.
- Para a UE-25, a perspectiva de uma diminuição da população activa implica que no futuro o crescimento económico dependa essencialmente de ganhos de produtividade através do desenvolvimento do capital humano e do reforço do capital físico. A qualidade do capital humano será um parâmetro essencial para o crescimento sustentado do PIB. O potencial de capital humano nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental é encorajador, já que estes países podem contar com bons níveis de habilitações escolares.
- As políticas de coesão social deverão atender à necessidade de reduzir a fractura digital entre os Estados-Membros.
- O desenvolvimento do capital humano em sentido lato será essencial para o progresso económico e social, enquanto factor de promoção do desempenho macroeconómico, de criação de novas oportunidades no mercado de trabalho e de melhores condições de vida e de saúde para os cidadãos.

4. Protecção Social e Participação Social

As disposições que regem a protecção social são instrumentos fundamentais para reduzir os riscos sociais, combater a pobreza e promover uma coesão social reforçada. O diálogo social e civil são essenciais para estabelecer consensos sólidos visando promover o crescimento, criar empregos e corrigir assimetrias sociais e regionais de forma estratégica. O presente capítulo lança um olhar sobre as principais características das disposições e abordagens políticas que os novos Estados-Membros trazem para a União alargada, em áreas como as pensões, os cuidados de saúde, a inclusão social, a deficiência, a igualdade entre homens e mulheres, o combate à discriminação e o diálogo social e civil.

4.1 As disposições em matéria de pensões

A reforma dos regimes de pensões esteve entre as prioridades da agenda política europeia ao longo da última década. Em toda a União alargada, registaram-se várias reformas de fundo e inúmeras de pequena envergadura.

Nos países da UE-15, as alterações aos regimes de pensões deram-se essencialmente em resposta ao envelhecimento actual e prospectivo. Ainda que a maioria das reformas e ajustamentos possam ser caracterizados como paramétricos, tendem a concorrer para transformações significativas. Acresce que pelo menos três Estados-Membros – Dinamarca, Itália e Suécia – implementaram reformas fundamentais na década de 90, tendo substituído o antigo regime de pensões por um de concepção nova²³.

Nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental, as reformas parecem ter sido de natureza mais abrangente do que na maioria dos países da UE-15²⁴. Não obstante, uma análise mais cuidadosa revela que estas reformas foram essencialmente motivadas por preocupações de ordem prática e inspiradas em inovações postas em prática nos países da UE-15 e que as disposições actualmente vigentes nos novos Estados-Membros tendem a encaixar-se no enquadramento existente em matéria de pensões na União²⁵.

Antecedentes das reformas das pensões nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental

As pressões financeiras ditadas pela transição para economias de mercado tiveram repercussões muito importantes nas reformas das pensões nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental. Por exemplo, os despedimentos em massa decorrentes do processo de reestruturação das antigas empresas estatais não deixaram grandes alternativas a uma vaga de reformas antecipadas em larga escala, com elevados custos para os orçamentos estatais. O problema financeiro não se limitou, porém, ao lado da despesa. As pessoas adquiriram direitos de pensão com base na respectiva carreira contributiva, enquanto que o financiamento se baseava em impostos sobre salários tributados a nível da empresa. Num contexto de emprego em declínio, crescente importância da economia informal e grandes dificuldades em colectar as contribuições para a segurança social, o velho sistema de financiamento e de aquisição de direitos de pensão não podia sobreviver. Contas individuais com ligações fortes e transparentes entre contribuições individuais e a aquisição de direitos às prestações pareciam oferecer uma solução aliciante para os problemas. Acresce que, uma vez que a formação de capital na economia era insuficiente e que a necessidade de investimento em todas as áreas se revelava urgente, a ideia de pré-financiar uma parte da provisão futura de pensões tornou-se atraente também de uma perspectiva macroeconómica.

Os dez novos Estados-Membros podem ser agrupados em 4 clusters se considerarmos as características dos respectivos regimes de pensões levadas a cabo na última década:

1. A Letónia, a Polónia, a Estónia adoptaram reformas fundamentais no seu sistema público de pensões (primeiro pilar) introduziram ainda um novo pilar (segundo) de regimes obrigatórios, financiados e geridos privadamente.
2. A Hungria e a Eslováquia introduziram um novo segundo pilar de regimes obrigatórios, financiados e geridos privadamente, alterando parcialmente o sistema do primeiro pilar.
3. A República Checa reformou o sistema público de pensões abstendo-se de criar um privado.
4. Lituânia, Eslovénia, Malta e Chipre até ao momento mantiveram o sistema financiado numa base contributiva (PAYG=pay-as-you-go) pela segurança social e sistema de taxas em geral, evitando uma reforma profunda nos respectivos sistemas de pensões.

23 Comissão Europeia: Relatório Conjunto Comissão/Conselho sobre regimes de pensões adequados e sustentáveis: Bruxelas, Março de 2003.

24 Holzmann, R., M. Orenstein et M. Rutkowski (2003, editors) : Pension Reform in Europe : Progress and Process, Washington D.C. (The World Bank).

25 Comissão Europeia: Os países aderentes e a forma de participarem no método aberto de coordenação aplicado às pensões: principais ilações de seminários bilaterais. Bruxelas, Dezembro de 2003.

Comparativamente à UE-15, os níveis de contribuição obrigatória para pensões (velhice, sobrevivência e invalidez) tendem a ser mais elevados nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental, geralmente 25% ou mais dos rendimentos brutos. As taxas de substituição resultantes, contudo, tendem a ser baixas. De um modo geral, isto fica a dever-se a baixas taxas de emprego, em especial das mulheres e dos trabalhadores mais velhos. Uma vez que, por outro lado, as prestações dos regimes financiados privadamente levarão algum tempo a atingir o nível desejado, a adequação das prestações e as taxas de emprego continuarão a constituir questões prementes a curto e a médio prazo para esses países. A longo prazo, os novos Estados-Membros serão igualmente confrontados com o desafio do envelhecimento demográfico.

A principal diferença dos actuais esquemas nos países da UE-15 consiste no facto de cinco dos novos Estados-Membros, enquanto parte das suas disposições legais, terem estabelecido um segundo pilar de regimes obrigatórios, financiados por capitalização na sua totalidade e de contribuições definidas, nos quais as poupanças constituídas para efeitos de pensão são administradas por fundos privados de pensões concorrenciais ou por companhias de seguros.

Entre os países da UE-15, apenas a Suécia dispõe de um sistema com um elemento obrigatório deste tipo, que assume uma importância significativamente inferior na provisão global (uma taxa de contribuição de 2,5%). Não obstante, outros países da UE-15, nomeadamente os Países Baixos e a Dinamarca, têm um segundo pilar de regimes profissionais plenamente financiados por capitalização com base em acordos colectivos, ao passo que o Reino Unido e a Irlanda confiam, em grande medida, na provisão financiada voluntariamente, seja através de regimes profissionais ou pessoais de pensões²⁶. A dependência de elementos financiados por capitalização e administrados privadamente na provisão de pensões difere, pois, mais no grau e abordagem do que no princípio.

O alargamento veio afectar o equilíbrio entre diferentes tipos de disposições de pensões. No entanto, dados os desafios com que se confrontam os novos Estados-Membros²⁷, é mais provável que a actual abordagem estratégica global da UE em matéria de reforma de pensões, consagrada nos objectivos de Laeken²⁸ de adequação, sustentabilidade financeira e adaptação ao mercado laboral e às mudanças societárias, continue a ser considerada adequada para dar resposta aos reptos de médio e longo termo que se colocam aos regimes de pensões da UE-25.

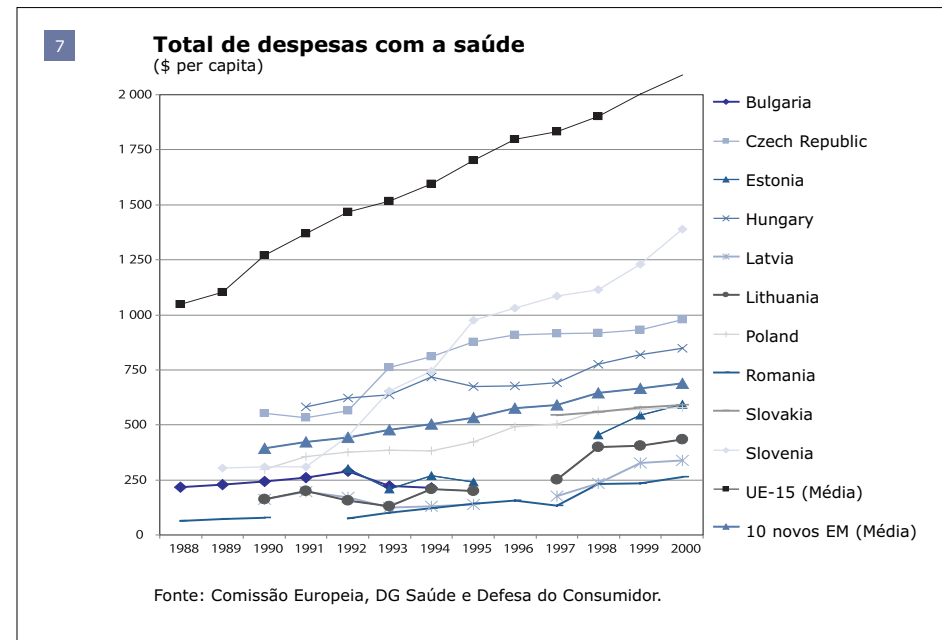
4.2 Seguro de saúde e cuidados de saúde

Ao observar as diferentes dimensões da saúde, registam-se grandes disparidades na União alargada. Ainda que cada um dos 25 países tenha a sua forma particular de organizar o sector da saúde, há tendências que caracterizam os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental e o desenvolvimento dos respectivos sistemas de cuidados

de saúde. O anterior regime político deixou as suas marcas e ao longo dos últimos quinze anos foram implementadas reformas de fundo para substituir os sistemas centralizados e obsoletos²⁹.

O estado da saúde e as despesas com a saúde encontram-se em níveis muito diferentes nos países da UE-15 e os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental. Nestes últimos, os dados estatísticos sobre esperança de vida e taxas de mortalidade imputadas a várias doenças indicam que o estado de saúde dos cidadãos é inferior ao dos países da UE-15, onde as pessoas tendem a viver mais tempo e a sofrer menos frequentemente de doenças graves.

Ao mesmo tempo, as despesas com a saúde³⁰ são consideravelmente mais baixas nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental.



26 Relatórios Nacionais de Estratégia: regimes de pensões adequados e sustentáveis, publicado nas páginas Internet da Comissão Europeia, Outono de 2003 (http://europa.eu.int/comm/employment_social/soc-prot/pensions/index_en.htm); Comissão Europeia: Relatório Conjunto Comissão/Conselho sobre pensões adequadas e sustentáveis: Bruxelas, Março de 2003.

27 Malta e Chipre centraram menos atenções nas pensões, mas verifica-se agora um debate mais intenso sobre a necessidade de reformar os regimes de pensões existentes para melhorar a adequação e assegurar a sustentabilidade a longo prazo.

28 Conselho Europeu: Qualidade e viabilidade das pensões: Relatório Conjunto sobre os objectivos e os métodos de trabalho na área das pensões, Laeken, Dezembro de 2001.

29 Comissão Europeia: Olhares sobre a saúde nos países candidatos à União Europeia, DG Sanco, 2002.

30 As despesas com a saúde não são ainda plenamente comparáveis na Europa. Actualmente, os especialistas estão a investigar em que medida as diferenças verificadas nas despesas com a saúde (por exemplo, medidas em % do PIB) reflectem divergências em hábitos e volumes de despesas e qualidade dos serviços prestados.

O gráfico 7 mostra que, embora todos estes países tenham aumentado a despesa com a saúde nas últimas duas décadas (em especial os mais ricos como a Eslovénia, a Hungria, a República Checa e a Eslováquia), os níveis permanecem bem abaixo da média da UE-15.

Na realidade, o facto de a UE-15 gastar, em média, cerca de quatro vezes mais (em poder de compra padrão) em cuidados de saúde do que os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental, seria indicador de que persiste um fosso substancial nas capacidades dos serviços de saúde³¹. Embora as despesas com a saúde não sejam o único determinante dos resultados nesta área, as potencialidades de melhorias neste sector quando se aumentam as despesas com a saúde são maiores do que numa situação em que o nível de investimento inicial é inferior. Deste modo, melhorar a situação da saúde nestes oito novos Estados-Membros viria, em larga medida, repercutir-se num aumento da escala e eficácia dos investimentos em cuidados de saúde.

Confrontados com problemas de excessiva descentralização, insuficiência de meios, fracos desempenhos e subinvestimento, os decisores políticos nestes países foram obrigados a transformar os obsoletos sistemas de cuidados de saúde³². Para as transformações operadas, três elementos foram fundamentais: descentralização, seguro de doença e reestruturação dos serviços de cuidados de saúde, aproximando os sistemas de saúde destes novos Estados-Membros dos seus congéneres da UE-15 e melhorando grandemente a sua capacidade de responder aos desafios neste domínio..

As reformas centraram-se especialmente na realização de mudanças estruturais de grande envergadura. Os esforços empreendidos para descentralizar e privatizar visaram retirar o controlo sobre o financiamento, a gestão e a prestação de cuidados de saúde do Estado, envolvendo por seu turno os agentes regionais, locais e privados.

A introdução de um seguro de doença foi outro elemento essencial das reformas, dado que sete destes oito novos Estados-Membros optaram por esse sistema de seguro ao invés de um regime assente na tributação.

Por último, foram operadas transformações significativas ao nível da prestação de serviços de saúde. O papel dos cuidados sanitários primários foi reforçado, em paralelo com esforços para reduzir as instalações hospitalares onerosas e inadequadas remanescentes dos velhos sistemas. Por exemplo, entre 1990 e 2000, a Estónia conseguiu melhorar a produtividade dos cuidados de saúde, tornando-se assim capaz de diminuir o número de camas em hospitais de 9,2 por mil habitantes para 5,6.

Os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental enfrentam vários desafios, confrontados que estão com graves problemas de saúde e recursos limitados para dedicar ao aperfeiçoamento do sector sanitário. As reformas resultaram em importantes mudanças e melhorias, mas são ainda necessários mais esforços e investimentos para que aquelas concretizem as suas verdadeiras potencialidades.

4.3 Rendimento mínimo e protecção social

Para as pessoas permanentemente excluídas do mercado de trabalho, a protecção básica contra situações de pobreza e exclusão é assegurada através de uma "rede de segurança" de último recurso sempre que outras formas de apoio social (tais como pensões ou prestações de desemprego) não se encontram disponíveis. Nos países da UE-15, a quase totalidade dos Estados-Membros fornece alguma forma de garantia de rendimento mínimo a todos os residentes legais. Esta assistência financeira é complementada por vários subsídios pecuniários ou serviços prestados a nível local para ajudar os beneficiários a suportar os custos da habitação, educação, cuidados, etc. Na Itália e na Grécia, esta garantia de rendimento não está disponível mas existem várias estruturas direccionadas administradas de forma mais ou menos descentralizada³³.

Ainda que os regimes de rendimento mínimo garantido tenham contribuído para reduzir de forma determinada o risco de pobreza na UE, são cada vez mais objecto de controlo apertado para garantir que promovem, em vez de impedirem, a integração no mercado de trabalho e que são administrados de forma eficaz.

Entre os novos Estados-Membros, a questão da cobertura e da adequação da protecção social para assegurar recursos mínimos adequados continua a ser um problema fundamental. Nos países da Europa Central e Oriental, a incidência da pobreza tende a ser mais elevada nas pessoas em idade activa e nas crianças, em resultado de situações de desemprego de longa duração e baixos rendimentos, sendo que em Chipre e Malta afecta mais particularmente os idosos. Este cenário global é confirmado por dados que demonstram que, comparativamente a outras transferências sociais, as pensões desempenham um papel crucial na maioria dos países da Europa Central e Oriental na atenuação do risco de pobreza. Ao longo da década de 90, as prestações familiares e por filho a cargo tornaram-se componentes essenciais dos programas de redução da pobreza em vários destes países, que recorreram a diversas abordagens do problema. De um modo geral, a subsidiarização dos preços dos serviços públicos acabou e os programas de assistência pecuniária à pobreza ganharam relevo, verificando-se, no entanto, uma tendência para a descentralização, o que confrontou as entidades locais com graves problemas administrativos e financeiros³⁴.

Ainda que os dados sobre o impacto dos programas de assistência social nos novos Estados-Membros sejam obsoletos e desiguais, as informações disponíveis sugerem um fraco direccionamento, uma cobertura insuficiente generalizada e baixos níveis de prestações. Mais recentemente, alguns países estabeleceram ou reforçaram estruturas destinadas a garantir níveis mínimos adequados de rendimento aos trabalhadores, desempregados e inactivos através de um conjunto de medidas onde se contam o salário mínimo, sistemas de rendimento mínimo garantido, pensões sociais não contributivas ou garantias de assistência social universal. Contudo, fica ainda por determinar até que ponto estas medidas podem ser comparadas, em termos de cobertura e nível das prestações, aos regimes de rendimento mínimo prevalentes nos países da UE-15.

31 Uma vez que as reduzidas despesas com cuidados de saúde são também observadas se grande parte dos bens e serviços de cuidados de saúde forem prestados a preços relativamente baixos, a disparidade no volume e qualidade dos serviços de cuidados de saúde pode ser menor do que a indicada pela diferença medida em % do PIB ou em PPC.

32 Ver R. Busse "Health Care Systems in EU Pre-Accession Countries and European Integration" 5-6/2002 Arbeit und Sozialpolitik.

33 Comissão Europeia: Projecto de proposta de Relatório Conjunto sobre Inclusão Social 2004, p.52.

34 Protecção social nos 13 países candidatos, 2003, DG Emprego e Assuntos Sociais.

4.4 Diversidade e protecção das minorias contra a exclusão e a discriminação

As sociedades europeias testemunham hoje uma tendência crescente para a diversidade étnica, cultural e religiosa, alimentada pelos fluxos migratórios internacionais e pela crescente mobilidade no território da UE.

Prevê-se que esta tendência continue com o alargamento, em virtude de uma combinação de efeitos activos (envelhecimento demográfico da Europa, escassez de mão-de-obra em certas regiões e sectores, etc.) e passivos (crescimento da população de jovens adultos em muitos países vizinhos, elevadas taxas de desemprego, instabilidade política, pobreza).

Tendencialmente, as medidas de promoção da inclusão e da participação das minorias étnicas nos actuais Estados-Membros centraram-se primeiramente nos novos migrantes chegados aos países em questão nas últimas três ou quatro décadas. Em vários dos novos Estados-Membros, porém, a imigração é um fenómeno relativamente recente e a principal tónica é colocada na situação de minorias históricas, nomeadamente o povo cigano.

Dados provenientes destes Estados-Membros, respeitantes aos migrantes e às minorias étnicas, indicam igualmente que estes grupos apresentam níveis inferiores de habilitações escolares e são mais propensos a viver em agregados com baixos rendimentos e habitações de fraca qualidade³⁵.

Os novos Estados-Membros enfrentam desafios idênticos relativamente à participação social e laboral das minorias. Os problemas de exclusão e discriminação de que são vítimas as comunidades ciganas e algumas minorias russas em alguns dos novos países são particularmente graves³⁶. Estes problemas terão de ser resolvidos através de medidas combinadas de emprego, inclusão social e combate à discriminação. Eliminar a discriminação através de legislação e de medidas preventivas constitui um desafio para os novos Estados-Membros³⁷.

4.5 Deficiência: políticas destinadas às pessoas com necessidades especiais

A abordagem comunitária da deficiência não identifica categorias separadas de pessoas, baseando-se sim em necessidades individuais. Esta é uma abordagem muito mais inclusiva do ponto de vista social do que uma estratégia assente na categorização, implicando uma transição geral de programas específicos para a deficiência para uma abordagem de integração global desta vertente³⁸.

O objectivo é assegurar que as pessoas com deficiência usufruam dos mesmos direitos humanos que a restante população, eliminando barreiras e combatendo todas as formas de discriminação relacionadas com a deficiência.

Nos países da UE-15, as tendências neste domínio são geralmente positivas, embora persistam alguns obstáculos que requerem o desenvolvimento de esforços mais determinados – nomeadamente, barreiras físicas, jurídicas e administrativas, novas tecnologias e atitudes.

Em muitos dos novos Estados-Membros, as políticas de deficiência tendem ainda a orientar-se para a segregação e não para uma acção de integração em todas as áreas políticas. Acresce que, ainda que estejam accionados sistemas de quotas, parece haver grandes problemas no tocante à sua aplicação prática. As políticas de deficiência nestes países só agora começam a afastar-se das velhas estratégias proteccionistas e dos modelos clínicos para abordar a deficiência.

Este afastamento de uma situação de emprego protegido levou, inicialmente, a taxas de emprego mais elevadas para as pessoas com deficiência. Até ao momento, isto não foi ainda compensado pelas necessárias políticas de apoio e por oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência, que podem não possuir as habilitações, experiência ou formação que as torne empregáveis no mercado laboral aberto.

Acresce que a tónica em adaptações razoáveis para as pessoas com deficiência presente na directiva sobre igualdade no emprego ainda não filtrou para as políticas e práticas em muitos dos novos Estados-Membros.

4.6 Sociedade Civil e Participação Cívica

As capacidades da sociedade civil estão patentes no grau de consciência cívica, confiança e participação da população que, por seu turno, influenciam os desempenhos económicos, sociais e políticos de um país³⁹. Estas capacidades são geradas e reforçadas numa sociedade civil livre e próspera, ao passo que o seu desenvolvimento é prejudicado sempre que esta se encontra reprimida. Para a maioria dos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental, uma sociedade civil marcada por escassa participação na vida pública e desconfiança relativamente às instituições tem sido um dos legados mais prejudiciais do comunismo.

Estudos revelaram que o grau de consciência cívica na sociedade, a prevalência de normas sociais que promovem a acção colectiva e o nível de confiança nas instituições estão muito menos desenvolvidos em economias em transição, tendo confirmado igualmente a existência de correlações entre a intensidade destes fenómenos e o crescimento económico⁴⁰.

No início do período de transição, constatou-se que as pessoas dos países da Europa Central e Oriental tinham menos confiança em estranhos e apresentavam uma consciência cívica inferior à dos cidadãos da UE, embora professassem um altruísmo significativo. Os laços familiares eram fortes, confia-se menos nos amigos e as pessoas movimentavam-se em círculos sociais mais pequenos e fechados. Ao mesmo tempo, os resultados em termos de participação cívica e confiança nas instituições eram muito mais modestos.

35 Igualmente relevante para este debate é o trabalho realizado no âmbito do Programa de Investigação Socioeconómica Orientada (TSER) da Comissão Europeia - Castles et al., Centre for Migration and Policy Research, University of Oxford, ISBN 92-894-5273-0.

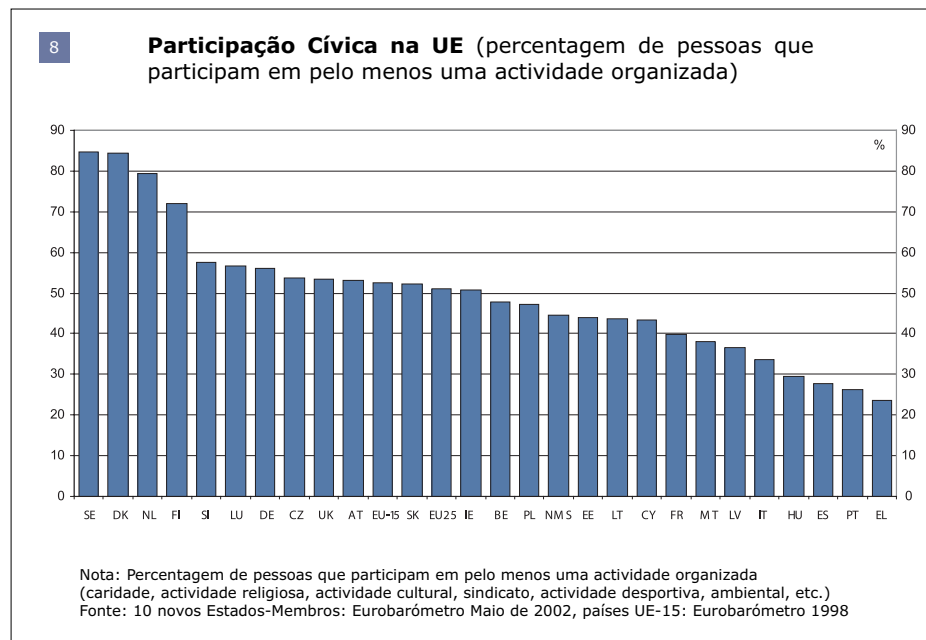
36 Memorandos Conjuntos sobre inclusão social, Dezembro de 2003, publicados nas páginas Internet da Comissão Europeia (http://europa.eu.int/comm/employment_social/soc-prot/soc-incl/jim_en.html) Comissão Europeia: Síntese dos Memorandos Conjuntos sobre inclusão social, Bruxelas, Março de 2004.

37 Igualdade, Diversidade e Alargamento – Relatório sobre medidas de combate à discriminação nos países aderentes e candidatos. encomendado para a Comissão Europeia, DG Emprego e Assuntos Sociais, Bruxelas, 2003.

38 Igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência: Plano de Acção Europeu, COM(2003) 650.

39 Vários estudos têm tentado conceptualizar as capacidades da sociedade civil na noção de capital social. A Comissão Europeia está a investigar o potencial e a aplicabilidade prática deste conceito.

40 C. Haerpfer, C. Wallace and L. Mateeva : Social Capital and Civic Participation in Accession Countries and Eastern Europe. Documento preparado para a Comissão Europeia. Viena 2003.



A participação cívica nestes novos Estados-Membros tem melhorado desde o início do período de transição e ainda que os resultados continuem a ser inferiores aos verificados nos países da UE-15, as diferenças no interior dos dois grupos são mais acentuadas do que entre eles. Os novos Estados-Membros tendem a encaixar-se nos grupos de participação social existentes ao longo da fractura Norte/Sul.

Não obstante, as dificuldades da transição de uma situação de planeamento central e primado totalitário são ainda visíveis nas estruturas, capacidades e funcionamento global dos diferentes níveis de governo nos novos Estados-Membros da UE. As possibilidades de desenvolver práticas de governança modernas, tais como o envolvimento de agentes centrais da sociedade civil no processo de tomada de decisão e implementação de políticas aos níveis regional e local, são limitadas. Não é frequente a existência de ONG representativas, bem organizadas e com capacidades estruturadas. Acresce que os recursos administrativos e decisórios das autoridades governamentais locais não são, de um modo geral, de molde a permitir-lhes trabalhar em estreita cooperação com a sociedade civil na aplicação de medidas de política social.

A fim de melhorar as capacidades em termos de governança de política social, será importante que os Estados-Membros, com o apoio da Comunidade, continuem a estimular o desenvolvimento de organizações da sociedade civil.

4.7 Relações Laborais & Diálogo Social

Pese embora esforços sustentados para desenvolver as relações laborais e o diálogo social nos novos Estados-Membros, os parceiros sociais na maioria destes países vêm-se ainda confrontados com desafios em termos da plena participação na governança económica e social que o modelo social europeu lhes confere. O nível bipartido tem de ser reforçado.

Ainda que existam diferenças consideráveis entre os regimes de relações laborais dos antigos e da maioria dos novos Estados-Membros, as semelhanças são também importantes. Encontram-se, por exemplo, na estrutura da organização sindical a nível nacional e na densidade sindical, aspectos em que os novos Estados-Membros tendem a encaixar-se nos grupos existentes de variação entre os países da UE-15.

Tendo em conta o facto de que as organizações patronais tiveram de ser criadas do nada nos novos Estados-Membros ao longo dos anos 90, as semelhanças com os países da UE-15 são muito menos acentuadas, embora seja possível encontrar algumas. Uma diferença importante é que na maioria dos novos Estados-Membros a densidade organizacional é muito inferior e a negociação colectiva a nível bipartido é limitada, dado que as organizações patronais não participam muitas vezes nessas negociações.

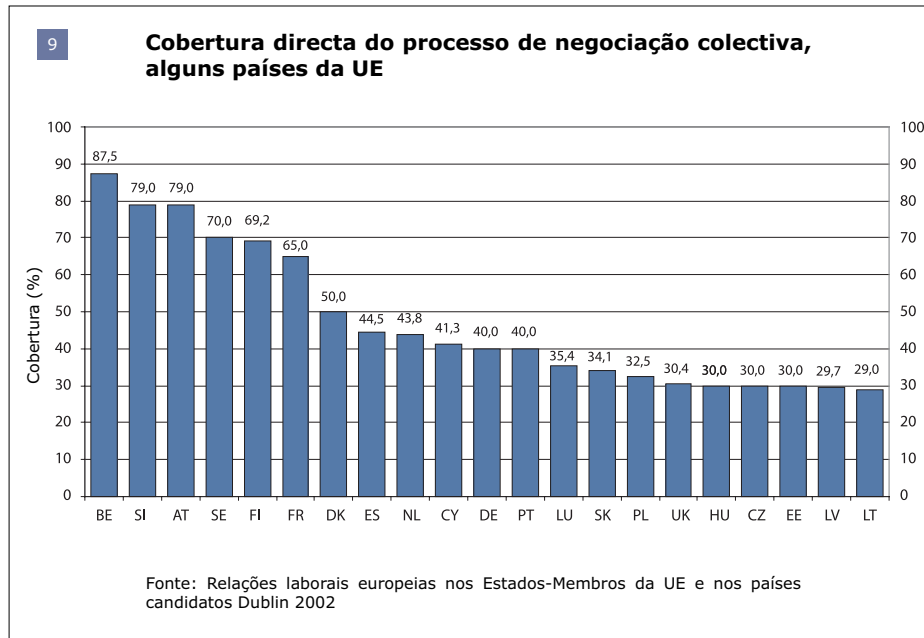
Isto reflecte igualmente o facto de a negociação bipartida ser, de um modo geral, uma nova instituição na maioria dos novos Estados-Membros que está a ser desenvolvida gradualmente. Contrastando com a maioria dos países da UE-15, onde, no interior de um sistema a vários níveis, a negociação colectiva é predominantemente caracterizada por acordos de âmbito sectorial, as negociações colectivas, em grande parte dos novos Estados-Membros, são dominadas por concertações a nível da empresa. Nos países da UE-15, este sistema só encontra paralelo no Reino Unido e, em menor grau para certas questões, no Luxemburgo e na França.

Em termos da proporção de trabalhadores directamente abrangidos pela negociação colectiva, os novos Estados-Membros encontram-se algures no espectro de variações, embora não se encaixem inteiramente nos grupos existentes na UE-15.

Tal como os dados indicam, as variações no interior de ambos os grupos de países são substanciais. Os novos Estados-Membros estão representados em ambos os extremos da escala, mas a maioria encontra-se na quarta parte inferior da classificação.

A negociação tripartida existe sob formas variáveis, mais ou menos formais, e com diferentes graus de envolvimento dos parceiros sociais na maioria dos países da UE-15, processo este que ganhou dinâmica aquando das negociações para a introdução da UEM. O sistema tripartido, que existe igualmente sob diversas formas em todos os novos Estados-Membros é, até ao momento, dominado em grande medida por prioridades estatais, visando em especial facilitar o processo de reestruturação em curso nos novos países, revestindo o envolvimento das organizações de parceiros sociais uma natureza primordialmente consultiva.

O desenvolvimento do papel e da dinâmica da negociação colectiva bipartida e dos sindicatos e organizações patronais é activamente apoiado pelos parceiros sociais europeus (tal como indicado no seu programa de trabalho conjunto para 2003-2005) e prevê-se que saia reforçado com a ulterior estabilização e crescimento da economia. No entanto, é também necessário criar um envolvente de apoio a políticas governamentais. Os esforços desenvolvidos para reforçar a parceria social bipartida contribuirão igualmente para alargar o âmbito e intensificar o empenho do diálogo tripartido.



Síntese

- Comparações das disposições em matéria de protecção social e diálogo social e civil nos novos Estados-Membros e nos países da UE-15 documentam um amplo conjunto de diferenças, mas revelam também várias semelhanças.
- Muitas das diferenças e grande parte dos problemas sociais nos novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental remontam aos períodos anteriores à década de 90 e à fase de transição. Estas dificuldades não podem ser solucionadas instantaneamente, mas as analogias e os progressos obtidos na transposição do acervo indicam que, com o tempo, os novos Estados-Membros encaixarão perfeitamente no espectro de variações que caracterizam os países da UE-15.
- Estão em curso reformas que podem contribuir para uma melhor protecção social e padrões de vida mais elevados (por exemplo, a nível das pensões e da saúde), mas há que não subestimar os desafios (nomeadamente em termos de saúde e inclusão social), sendo que em algumas áreas são ainda necessárias abordagens modernas (igualdade entre homens e mulheres, deficiência, minorias étnicas).
- Em todo o espectro, a capacidade de concretizar mudanças e reformas é condicionada pelas capacidades de governança administrativa e social. As medidas de apoio a estruturas da sociedade civil e de parceria social continuam a revelar disparidades substanciais relativamente à UE-15.
- A reforma das pensões em vários dos novos Estados-Membros foi inspirada em inovações postas em prática nos países da UE e as actuais disposições neste domínio aproximam-se das vigentes na UE-15. O êxito das reformas operadas nos regimes de pensões nestes países dependerá da sua capacidade de elevar os níveis de emprego e a idade média de saída da vida activa.
- A abordagem integrada consubstanciada nos objectivos de Laeken em matéria de pensões aplica-se também nos novos Estados-Membros. As actuais vulnerabilidades dos sistemas de pensões em muitos dos novos Estados-Membros evidenciam a importância de assegurar prestações adequadas, níveis de emprego mais elevados, passagem à reforma mais tardia e regulamentação eficaz e gestão rigorosa dos fundos de pensões.
- Medidas em unidades de poder de compra padrão, as despesas da UE-15 com a saúde são cerca de quatro vezes superiores às dos novos Estados-Membros. Aumentar as despesas com a saúde e o respectivo impacto constitui um pré-requisito para melhorias neste sector.
- O povo cigano e outras minorias étnicas presentes em número significativo em alguns dos novos Estados-Membros virão multiplicar os desafios em termos de inclusão social e anti discriminação associados à diversidade étnica.
- As políticas de deficiência nos novos Estados-Membros tendem ainda a assentar em modelos clínicos para abordar a deficiência e são caracterizados pela institucionalização e pelo emprego protegido.
- O desenvolvimento do diálogo social bipartido e os sistemas de relações laborais têm de ser reforçados na maioria dos novos Estados-Membros.

5. A Agenda Social Europeia na UE-25

5.1 Desenvolvimentos na Agenda Social Europeia e os novos Estados-Membros

Nos últimos anos, tem vindo a assistir-se a desenvolvimentos significativos na política social a nível da UE...

Nos últimos seis anos, os avanços em termos de coordenação das políticas sociais e de emprego na UE⁴¹ alargaram o âmbito da Agenda Social Europeia, consolidando o seu conteúdo e estabelecendo novos métodos de trabalho⁴² para o seu posterior desenvolvimento. Os novos processos de coordenação política foram criados tendo em mente os problemas, as preferências e as capacidades dos países da UE-15. Durante muito tempo, os trabalhos de preparação para a adesão centraram-se principalmente na adopção do acervo legislativo. Só recentemente os novos Estados-Membros foram associados aos processos de coordenação política da UE nas áreas da protecção social e da inclusão social.

Uma questão crucial levantada por vários observadores é, pois, a de saber se a dinâmica da actual agenda social proporcionará uma base adequada para a União alargada ou se haverá necessidade de proceder à sua reformulação.

... e embora os novos Estados-Membros não tenham participado nestes avanços, as suas preocupações políticas fundamentais estão devidamente contempladas.

O presente relatório revela que a par de diferenças significativas entre os países da UE-15 e os novos Estados-Membros, existem também semelhanças claras em termos dos desafios, nomeadamente a gestão da rápida mudança económica e a resposta ao envelhecimento demográfico. Os objectivos gerais de Lisboa⁴³ aplicam-se também claramente aos novos Estados-Membros.

A perspectiva de contracção da população em idade activa e o rápido aumento do número de pessoas em idade superior à da reforma constituem um importante desafio comum que se coloca à União alargada. Vêm ainda sublinhar o facto de que todos os Estados-Membros, antigos e novos, partilham a necessidade de desenvolver políticas que se reforçam mutuamente e procuram explorar as várias sinergias entre políticas económicas, sociais e de emprego. Isto demonstra o imperativo de aplicar a estratégia de Lisboa na sua integralidade.

Dado que a retoma económica prevista será provavelmente a última antes da mudança demográfica e da aceleração do envelhecimento, todos os Estados-Membros da UE-25 terão um forte interesse comum em introduzir as necessárias mudanças nas políticas de emprego e protecção social tão rapidamente quanto possível.

É óbvio que as políticas comunitárias na União alargada terão de ter em consideração a crescente diversidade da situação social, mas o alargamento não coloca em questão a dinâmica da Agenda Social.

5.2 Principais desafios e oportunidades para os novos Estados-Membros

Ainda que a dimensão dos desafios resultantes deste alargamento seja particularmente grande, a experiência de anteriores adesões de países com um PIB marcadamente inferior ao da média da União (por exemplo, Irlanda, Grécia, Portugal e Espanha) confirma que é possível concretizar importantes melhorias na situação social através de esforços concertados a nível nacional e da UE.

Não obstante, a situação em vários dos novos países, ainda largamente associada às consequências do período de transição mas reflectindo cada vez mais o novo impacto social do crescimento económico que, inevitavelmente, deixa para trás pessoas incapazes de se adaptarem às novas exigências tecnológicas, requer a intensificação dos esforços políticos de modo a colmatar as disparidades em termos de condições de vida e combater a pobreza e a exclusão social⁴⁴. O êxito na consecução destes objectivos irá melhorar as condições de vida e, por conseguinte, as possibilidades de reduzir os níveis de mortalidade e evitar uma nova crise nas taxas de fertilidade. Ainda que seja necessário o reforço dos sistemas de protecção social para continuar no caminho da modernização, os decisores nos novos Estados-Membros serão confrontados com difíceis opções políticas impostas por pressões crescentes no sentido de consolidar as finanças públicas e garantir condições macroeconómicas favoráveis ao crescimento sustentável. Isto vem demonstrar a importância de se conseguir um crescimento económico gerador de emprego e promover políticas sociais e de emprego activas, a fim de rapidamente se colmatarem as actuais disparidades nos níveis de emprego relativamente à UE. Acresce que, para explorar as reformas e tirar pleno partido da adesão, os novos Estados-Membros terão de melhorar as respectivas capacidades de governança administrativa e social, incluindo uma aptidão acrescida para mobilizar e envolver os parceiros sociais e a sociedade civil nos processos de tomada de decisão.

Nestes desenvolvimentos, será importante tirar partido das sinergias criadas entre políticas sociais e de emprego e da riqueza de experiência política acumulada a nível da UE. Neste contexto, será crucial a aplicação das Orientações e Recomendações para as políticas de emprego, bem como dos objectivos comuns atribuídos aos processos de coordenação política nas áreas das pensões e da inclusão social. O investimento em protecção social e cuidados de saúde economicamente viáveis e propícios ao emprego constitui parte importante das medidas necessárias para desenvolver e sustentar a capacidade de as pessoas participarem e darem os respectivos contributos⁴⁵.

41 Isto é, em termos de emprego, inclusão social, combate à discriminação, modernização da protecção social, Carta dos Cidadãos, etc.

42 Por exemplo, método aberto de coordenação.

43 No Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000, a União Europeia atribuiu-se um novo objectivo estratégico para a próxima década: tornar-se na economia baseada nos conhecimentos mais competitiva e dinâmica do mundo, com capacidade para um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos e uma maior coesão social.

44 Relatório de Síntese dos Memorandos Conjuntos sobre inclusão social, Comissão Europeia.

45 Ibid

São várias as concretizações e as vantagens relativas das quais os novos Estados-Membros podem tirar partido. Juntas, estas constituem um conjunto de oportunidades sublinhadas no presente relatório:

- Reservas consideráveis de mão-de-obra com níveis educativos relativamente elevados deixam muitos dos novos Estados-Membros bem colocados para um longo período de crescimento sustentado, em especial se esta vantagem relativa for apoiada por um desenvolvimento acrescido de recursos humanos e por uma protecção social propícia ao emprego.
- A capacidade de vários novos Estados-Membros introduzirem reformas avançadas dos regimes de pensões num período de grandes perturbações económicas e políticas demonstra uma aptidão para resolver difíceis questões da reforma, a qual poderá ser aplicada no processo de mudança.
- As reformas do sector da saúde em muitos dos novos Estados-Membros criaram uma parte importante das condições para melhorias rápidas e significativas dos serviços de saúde com o conseqüente impacto positivo no estado de saúde da população, em especial se estes países forem capazes de investir mais no sector.
- Níveis moderados de pobreza relativa na maioria dos novos Estados-Membros indicam um grau razoável de coesão social e um impacto importante dos regimes de protecção social, o que poderá constituir um valioso contributo para enfrentar com êxito os desafios da modernização económica e da globalização.

Com base nestas oportunidades e nos consideráveis progressos obtidos em termos de acervo, os dez novos Estados-Membros – com o apoio das políticas comunitárias – poderão estar bem colocados para se tornarem num importante motor de crescimento económico e progresso social na União alargada.

Contudo, o êxito do alargamento na área social dependerá também em grande medida da capacidade de acolhimento dos Estados-Membros da UE-15. A vontade de permitir aos novos Estados-Membros tirar partido das experiências e dos recursos dos países da UE-15 determinará, de várias formas, o grau e o ritmo dos progressos. Na nova Agenda Social, será importante encontrar formas de acomodar as necessidades e explorar as energias de todos os Estados-Membros da União alargada.

Anexos

Anexo 1: Fichas estatísticas

Envelhecimento demográfico

Em 2003, havia na UE-25 74 milhões de pessoas com mais de 65 anos, contra apenas 38 milhões em 1960. Actualmente, os idosos representam 16% da população total, ou seja 29% do que se considera a população em idade activa (15-64 anos). Até 2010, espera-se que este rácio aumente para 27%. Nos próximos quinze anos, o número de pessoas "muito idosas" ou mais, 80 anos aumentará quase 50% na UE-15.

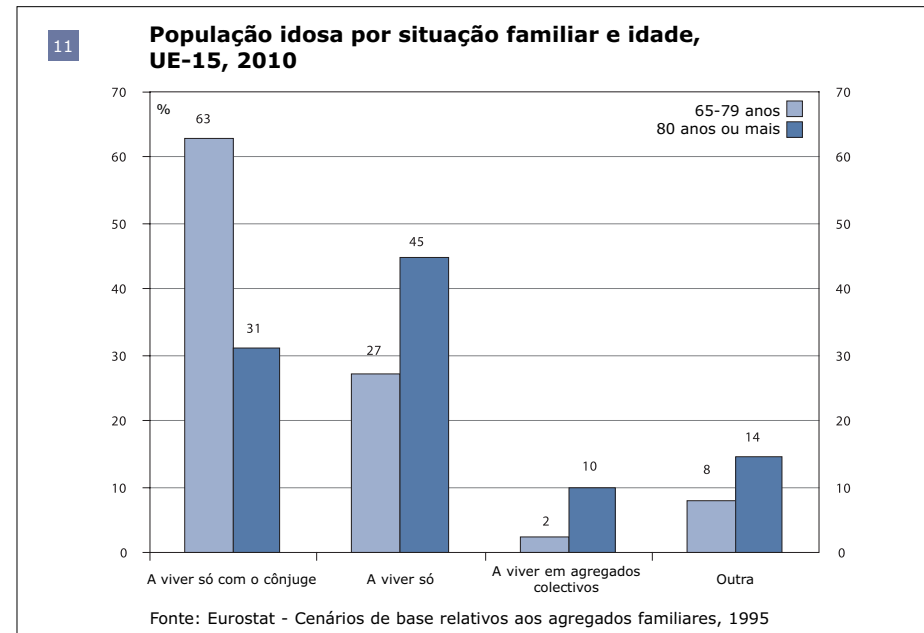
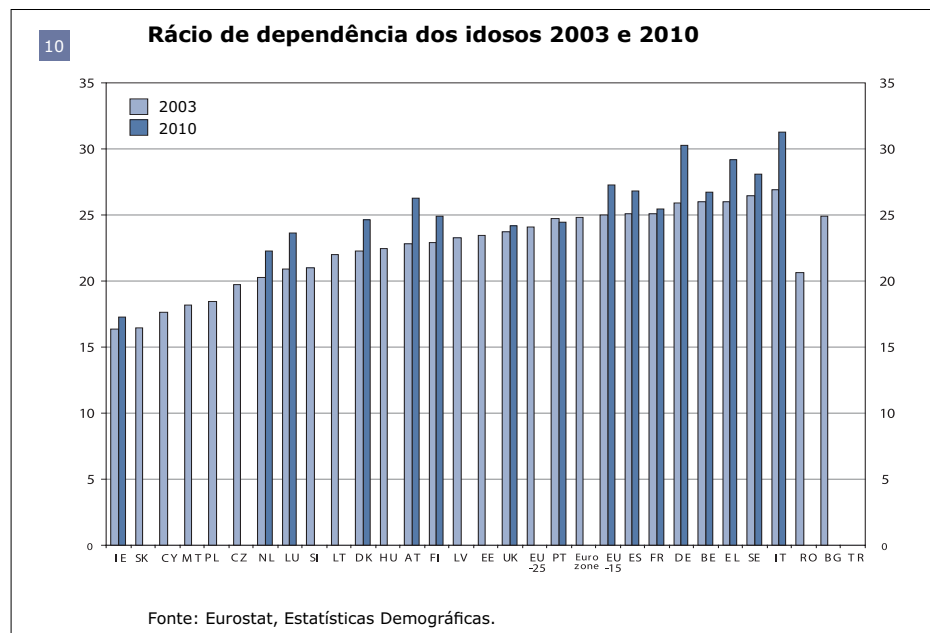
Indicador chave

EU-25 EU-15 Euro-zone BE CZ DK DE EE EL ES FR IE IT CY LV LT LU HU MT NL AT PL PT SI SK FI SE UK BG RO TR

Rácio de dependência dos idosos, (População com mais de 65 anos em percentagem da população em idade activa (15-64) em 1 de Janeiro)

	EU-25	EU-15	Euro-zone	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR
2003	24,1	25,0e	24,8	26,0	19,7	22,3	25,9	23,5e	26,0e	25,1e	25,1	16,4	26,9e	17,6e	23,3	22,0	20,9	22,4	18,2	20,3	22,8	18,4	24,7	21,0	16,5	22,9	26,5	23,7e	24,9	20,6	:
2010	:	27,3f	:	26,7f	:	24,6f	30,3f	:	29,2f	26,8f	25,5f	17,3f	31,3f	:	:	:	23,6f	:	:	22,3f	26,3f	:	24,5f	:	:	24,9f	28,1f	24,2f	:	:	:

Fonte: Eurostat, Estatísticas Demográficas.



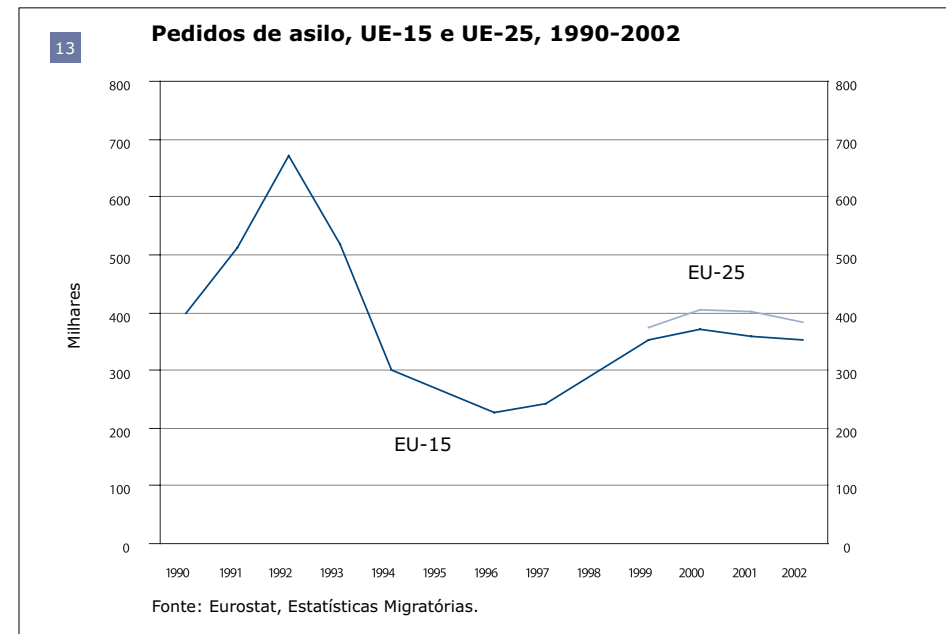
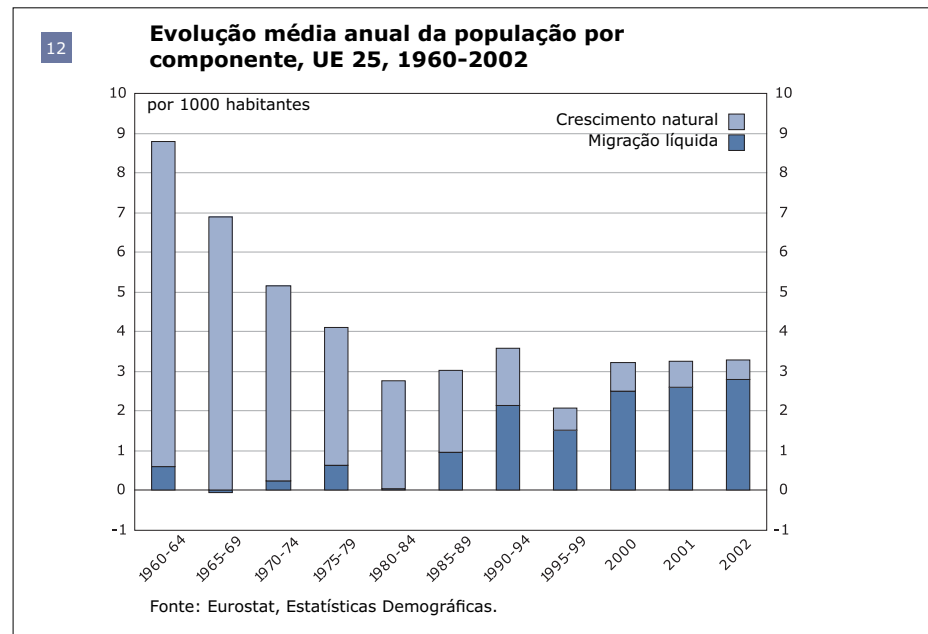
Migração e asilo

Os fluxos migratórios líquidos são o principal factor explicativo da evolução demográfica na UE-25. Em 2002, a taxa de migração líquida anual era de 2,8 por mil habitantes na UE-25, representando cerca de 85% do crescimento total da população. Em 2002, registaram-se 384 500 pedidos de asilo na UE-25.

Indicador chave

	EU-25	EU-15	Euro-zone	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR
Taxa de migração líquida, 2002 (a diferença entre imigração e emigração de e para uma determinada área durante o ano, por 1000 habitantes)	2,8p	3,3p	:	3,9	1,2	1,8	2,7	0,1	2,9	5,5	1,1	8,3	6,1p	9,7	-0,8	-0,6	5,9	0,3	4,8p	1,7	3,2	-0,3	6,8	1,1	0,2	1,0	3,5	2,1p	0,0	-0,1	1,4p

Fonte: Eurostat, Estatísticas Demográficas.



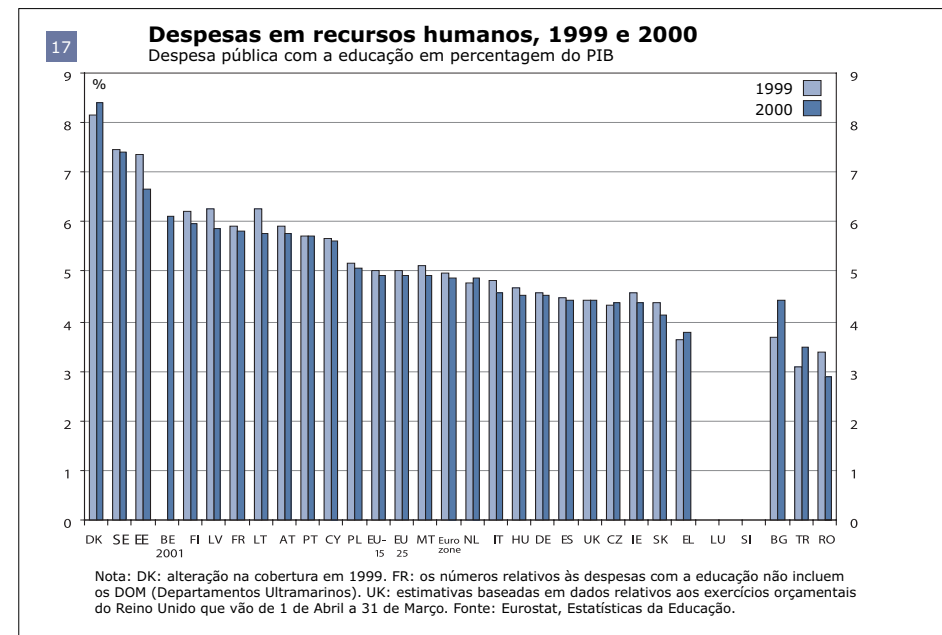
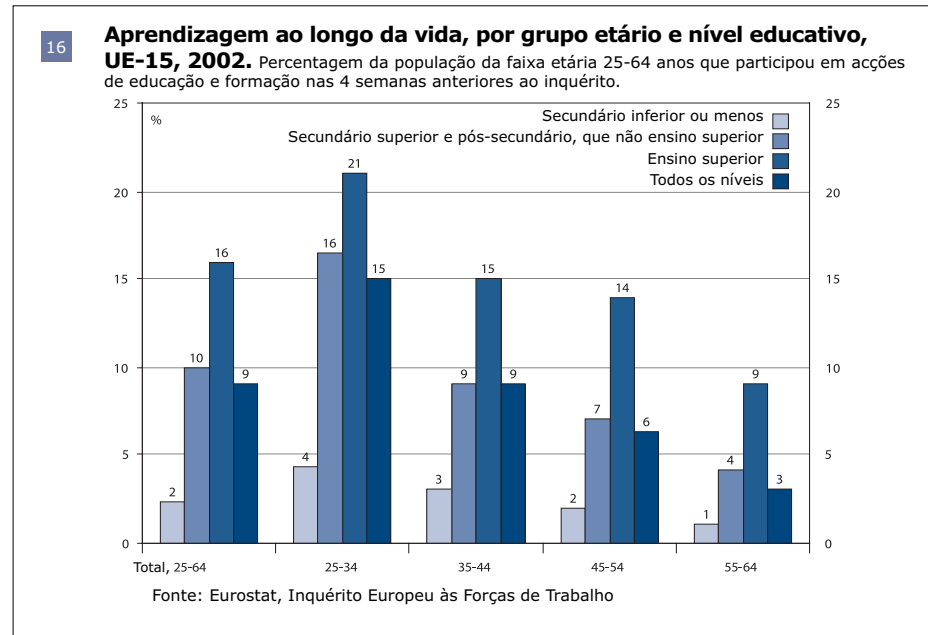
Aprendizagem ao longo da vida

Em 2002, na União (UE-25), 8% da população na faixa etária dos 25-64 anos participaram em acções de educação/formação (nas quatro semanas anteriores ao inquérito). Estas actividades de formação são mais frequentes (entre 18-22%) na Dinamarca, Finlândia, Suécia e Reino Unido, enquanto que os novos Estados-Membros apresentam os níveis mais baixos de população adulta a participar em acções de educação ou formação (o valor máximo situa-se em torno dos 9% registados na República da Eslováquia e na Eslovénia). As pessoas mais velhas participam menos do que os jovens em iniciativas de formação. As pessoas com qualificações mais elevadas são mais propensas a participar em acções desse tipo do que as menos qualificadas.

Indicador chave

	EU-25	EU-15	Euro-zone	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR	
Aprendizagem ao longo da vida (participação de adultos em acções de educação e formação), 2002 (percentagem da população na faixa etária 25-64 que participou em acções de educação e formação nas quatro semanas anteriores ao inquérito)																																
Total	8,0	8,5	5,5	6,5	5,9	18,4	5,8	5,2	1,2	5,0	2,7	7,7	4,6	3,7	8,2	3,3b	7,7	3,3	4,4	16,4	7,5	4,3	2,9	9,1	9,0	18,9	18,4	22,3	1,3	1,1	:	
Mulheres	8,6	9,2	5,6	6,3	5,7	20,7	5,5	6,7	1,1	5,4	3,0	8,8	4,7	3,8	10,9	4,2b	6,4	3,7	3,8	15,9	7,4	4,7	3,3	9,4	9,4	21,4	21,2	26,3	1,3	1,0	:	
Homens	7,4	7,9	5,5	6,8	6,1	16,2	6,1	3,6	1,2	4,5	2,4	6,5	4,5	3,6	5,2	2,3b	8,9	2,9	4,9	16,9	7,6	3,9	2,4	8,8	8,7	16,5	15,7	18,6	1,4	1,2	:	

Nota: F – O período de referência é: uma semana antes da realização do inquérito.
 Fonte: Eurostat, Inquérito Europeu às Forças de Trabalho



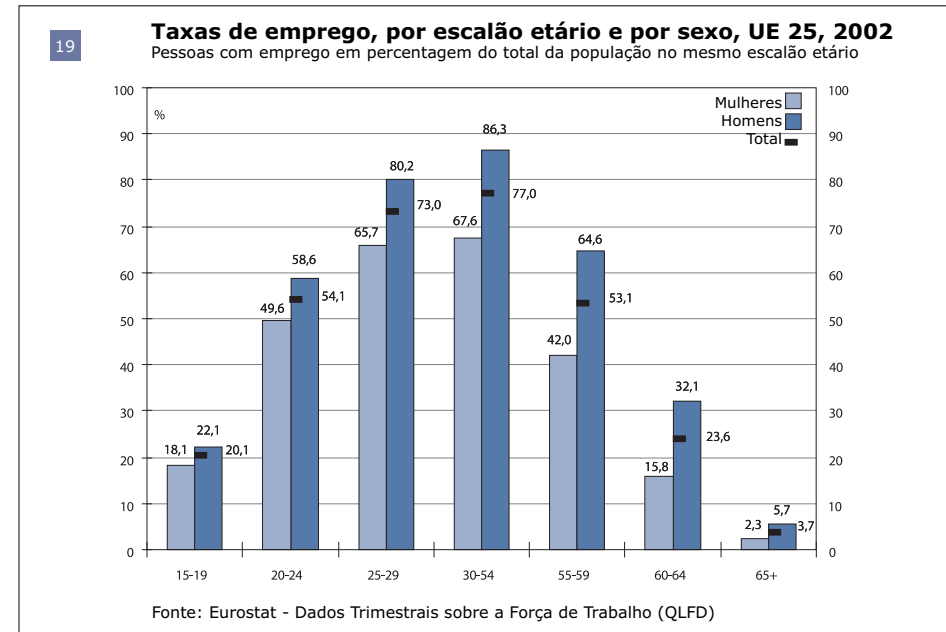
Emprego

Em 2002, mais de 199 milhões de pessoas tinham um emprego na UE alargada, o que traduz um aumento de 11,5 milhões desde 1996. Desde 1997 até 2001, o crescimento anual foi entre 0,9% e 1,6%, mas em 2002 o crescimento do emprego quase estagnou. A taxa de emprego da população no escalão dos 15-64 anos foi de 62,9% em 2002.

Indicador chave

	EU-25	EU-15	Euro-zona	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR
Taxa de emprego, 2002 (pessoas com emprego no escalão dos 15-64 anos em percentagem do total da população no mesmo escalão etário)																															
Total	62,9	64,3	62,4	59,9	65,4	75,9	65,3	62,0	56,7	58,4	63,0	65,3	55,5	68,6	60,4	59,9	63,7	56,6	54,5	74,4	69,3	51,5	68,2	63,4	56,8	68,1	73,6	71,7	50,6	57,6	45,6
Mulheres	54,7	55,6	53,1	51,4	57,0	71,7	58,8	57,9	42,5	44,1	56,7	55,4	42,0	59,1	56,8	57,2	51,6	50,0	33,6	66,2	63,1	46,2	60,8	58,6	51,4	66,2	72,2	65,3	47,5	51,8	25,5
Homens	71,0	72,8	71,7	68,3	73,9	80,0	71,7	66,5	71,4	72,6	69,5	75,2	69,1	78,9	64,3	62,7	75,6	63,5	75,3	82,4	75,7	56,9	75,9	68,2	62,4	70,0	74,9	78,0	53,7	63,6	65,5
Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos, 2002 (pessoas com emprego no escalão dos 55-64 anos em percentagem do total da população no mesmo escalão etário)																															
Total	38,7	40,1	36,4	26,6	40,8	57,9	38,6	51,6	39,7	39,7	34,8	48,1	28,9	49,4	41,7	41,6	28,3	26,6	30,3	42,3	30,0	26,1	50,9	24,5	22,8	47,8	68,0	53,5	27,0	37,3	33,8
Mulheres	29,1	30,5	26,4	17,5	25,9	50,4	30,1	46,5	24,4	22,0	30,6	30,8	17,3	32,2	35,2	34,1	18,6	18,5	11,8	29,9	20,9	18,9	41,9	14,2	9,5	47,2	65,6	44,7	18,2	32,6	21,0
Homens	48,9	50,1	46,8	36,0	57,2	64,5	47,1	58,4	56,0	58,6	39,3	65,1	41,3	67,3	50,5	51,5	37,9	36,7	50,4	54,6	39,8	34,5	61,2	35,4	39,1	48,5	70,4	62,6	37,0	42,7	47,3

Fonte: Eurostat - Dados Trimestrais sobre a Força de Trabalho (QLFD)



Desemprego

Em 2002, a taxa de desemprego aumentou pela primeira vez desde 1996 de 0,3 pontos percentuais. Este aumento registou-se em todos os Estados-Membros, excepto na Hungria, Finlândia e Suécia onde os valores permaneceram inalterados, e na Grécia, Itália, Chipre, os 3 Estados bálticos, a República Checa e a Eslováquia onde o desemprego continuou a diminuir.

Indicador chave

	EU-25	EU-15	Euro-zone	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR
Taxa de desemprego, 2002 (pessoas desempregadas em percentagem da população activa)																															
Total	8,8	7,7	8,4	7,3	7,3	4,6	8,6	9,5	10,0	11,3	8,8	4,3	9,0	3,9	12,6	13,6	2,8	5,6	7,4	2,7	4,3	19,8	5,1	6,1	18,7	9,1	4,9	5,1	17,8	7,5	10,3
Mulheres	9,8	8,7	9,9	8,2	9,0	4,7	8,4	8,9	15,0	16,4	10,0	4,0	12,2	4,9	11,4	13,4	3,9	5,1	9,5	3,0	4,5	20,7	6,1	6,5	18,9	9,1	4,6	4,5	17,0	7,1	9,4
Homens	8,0	6,9	7,3	6,6	6,0	4,4	8,7	10,1	6,6	8,0	7,7	4,6	7,0	3,0	13,6	13,7	2,1	6,0	6,5	2,5	4,1	19,0	4,2	5,8	18,6	9,1	5,3	5,6	18,5	7,8	10,7

Fonte: Eurostat - Taxas de desemprego (definição OIT)

Taxa de desemprego de longa duração, 2002

(pessoas desempregadas de longa duração - 12 meses ou mais - em percentagem da população activa)

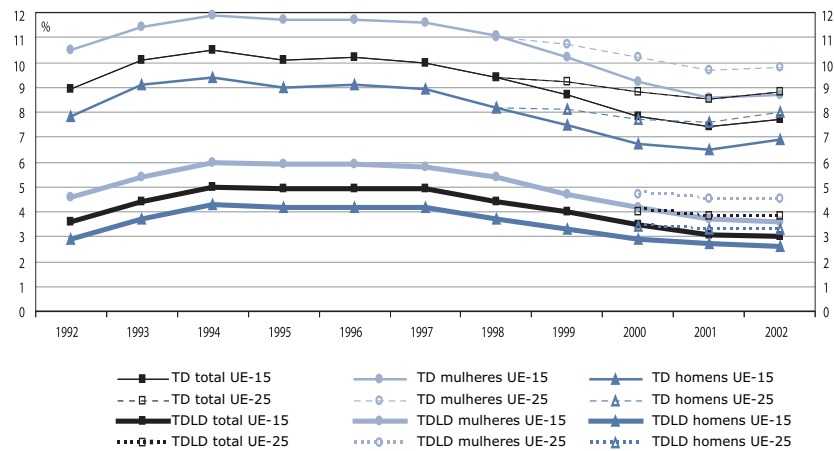
Total	3,8	3,0	3,5	3,5	3,7	0,9	4,0	4,8	5,1	3,9	2,8	1,3	5,3	0,8	5,8	7,0	0,8	2,4	3,2	0,7	0,8	10,9	1,8	3,3	12,1	2,3	1,0	1,1	11,9	3,8	3,2
Mulheres	4,5	3,6	4,4	4,1	4,5	0,9	4,1	3,8	8,3	6,3	3,3	0,7	7,2	1,2	5,0	6,9	1,0	2,1	2,4	0,8	1,1	12,3	2,2	3,4	12,5	2,0	0,8	0,7	11,5	3,7	3,6
Homens	3,3	2,6	2,9	3,1	2,9	0,8	3,9	5,7	3,0	2,3	2,2	1,7	4,1	0,5	6,5	7,2	0,6	2,7	3,4	0,6	0,6	9,7	1,4	3,3	11,7	2,5	1,2	1,4	12,3	3,8	3,0

Fonte: Eurostat - Dados Trimestrais sobre a Força de Trabalho (QLFD)

20

Taxa de desemprego (TD) 1992-2002 e taxa de desemprego de longa duração (TDLD) 1992-2002 por sexo, UE-15 e UE-25

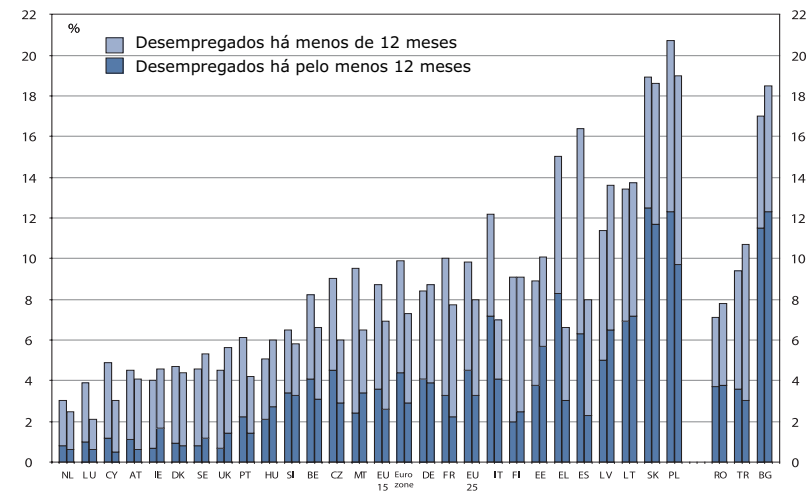
Pessoas desempregadas e desempregadas de longa duração (12 meses ou mais) em percentagem da população activa



Fonte: Eurostat, Taxas de desemprego (definições OIT) e Dados Trimestrais sobre a Força de Trabalho (QLFD)

21

Taxa de desemprego e taxa de desemprego de longa duração, por sexo, 2002. (por ordem ascendente por taxa de desemprego total; Barra da esquerda: Mulheres, Barra da direita: Homens)



Fonte: Eurostat - Dados Trimestrais sobre a Força de Trabalho (QLFD)

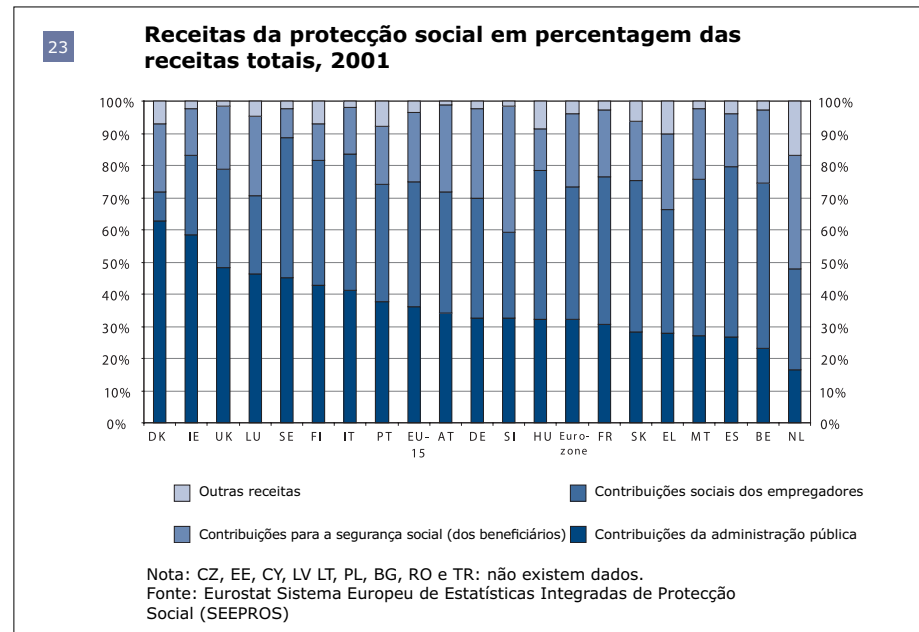
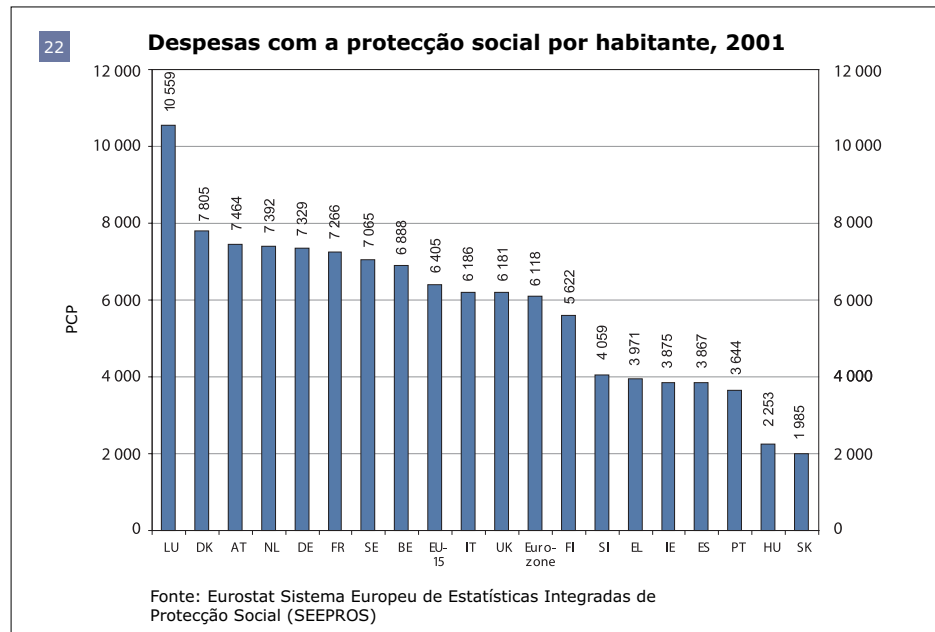
Despesas e receitas dos regimes de protecção social

Em 2001, as despesas com a protecção social em percentagem do PIB, aumentaram na maioria dos países da União Europeia. Existem diferenças consideráveis entre os Estados-Membros no que se refere às despesas em percentagem do PIB e ainda mais em termos de PCP per capita. Diferentes países dispõem de sistemas marcadamente distintos de financiar a protecção social, dependendo do facto de favorecerem as contribuições para a segurança social ou as contribuições gerais do Estado.

Indicador chave

	EU-25	EU-15	Euro-zone	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR	
Despesas com a protecção social em percentagem do PIB, 2001																																
2001	:	27,5	27,4	27,5	:	29,5	29,8	:	27,2	20,1	30,0	14,6	25,6	:	:	:	21,2	19,9	18,3	27,6	28,4	:	23,9	25,6	19,1	25,8	31,3	27,2	:	:	:	

Fonte: Eurostat Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS)



Prestações sociais

Na maior parte dos Estados-Membros, em 2001, a quota-parte mais importante das despesas com a protecção social foi canalizada para as prestações de velhice e sobrevivência, logo seguidas das prestações por doença. Os outros tipos corresponderam a menos de 30% do total. A estrutura das prestações é relativamente estável no tempo.

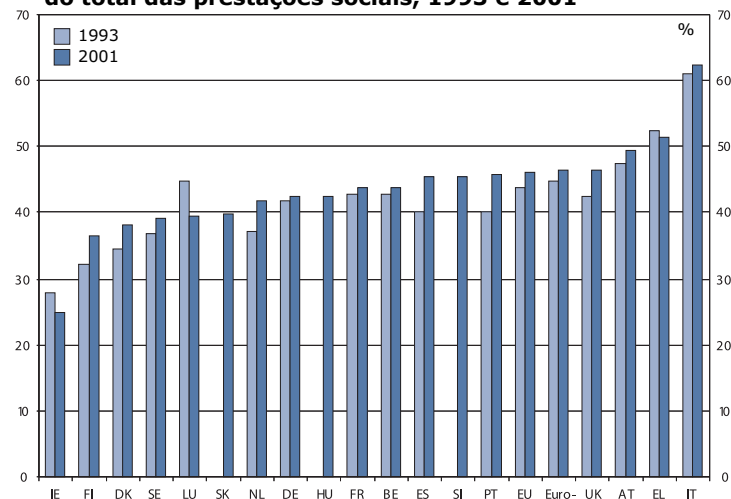
Indicador chave

	EU-25	EU-15	Euro-zone	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR	
Prestações de velhice e sobrevivência em percentagem do total das prestações sociais, 2001																																
1993	:	43,9	44,7	42,7	:	34,5	41,8	:	52,5	40,1	42,7	28,0	61,1	:	:	:	44,8	:	:	37,3	47,3	:	40,0	:	:	32,2	36,8	42,6	:	:	:	
2001	:	46,1	46,4	43,7	:	38,0	42,5	:	51,3	45,3	43,7	24,8	62,3	:	:	:	39,4	42,6	53,8	41,8	49,5	:	45,7	45,5	39,8	36,6	39,0	46,5	:	:	:	

Fonte: Eurostat, Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS)

24

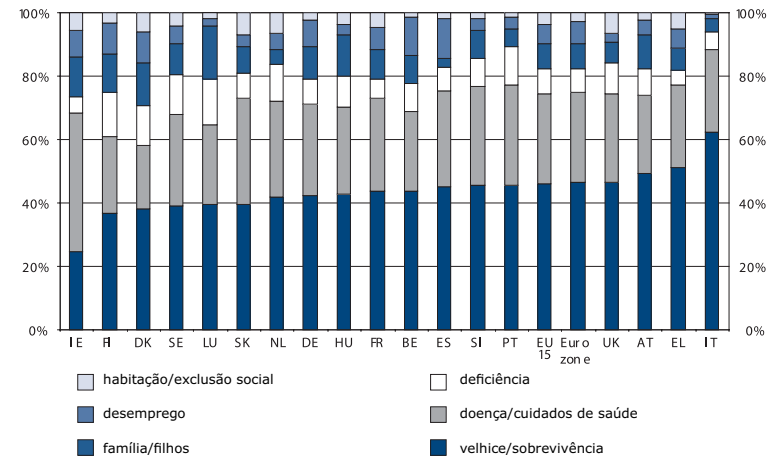
Prestações de velhice e sobrevivência em percentagem do total das prestações sociais, 1993 e 2001



Nota: CZ, EE, CY, LV, LT, PL, BG, RO e TR: não existem dados.
Fonte: Eurostat, Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS)

25

Prestações sociais por tipo, em percentagem das prestações totais, 2001



Nota: CZ, EE, CY, LV, LT, PL, BG, RO e TR: não existem dados.
Fonte: Eurostat, Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS)

Despesas com políticas do mercado de trabalho

Em 2001, as despesas com políticas do mercado de trabalho representavam, em média, 2% do PIB dos catorze países que forneceram dados. As despesas com políticas activas ascendem a 0,66% e a despesas com políticas passivas a 1,27%. Em todos os casos, os dados revelam uma ligeira diminuição pelo terceiro ano consecutivo. As mesmas diferenças consideráveis que puderam ser observadas em 2000 são também visíveis em 2001: dois países gastaram mais de 3% do PIB (Bélgica e Dinamarca), seis países gastaram entre 2% e 3% (Alemanha, Espanha, França, Países Baixos, Finlândia e Suécia) e seis países gastaram menos de 2% (Grécia, Irlanda, Itália, Áustria, Portugal e Reino Unido). Estas importantes diferenças ficam a dever-se à ajuda não direccionada em alguns países, que beneficia igualmente os desempregados e grupos-alvo mas que, por não ser exclusivamente destinada a estes grupos, não é incluída na cobertura dos dados relativos às políticas do mercado de trabalho.

Indicador chave

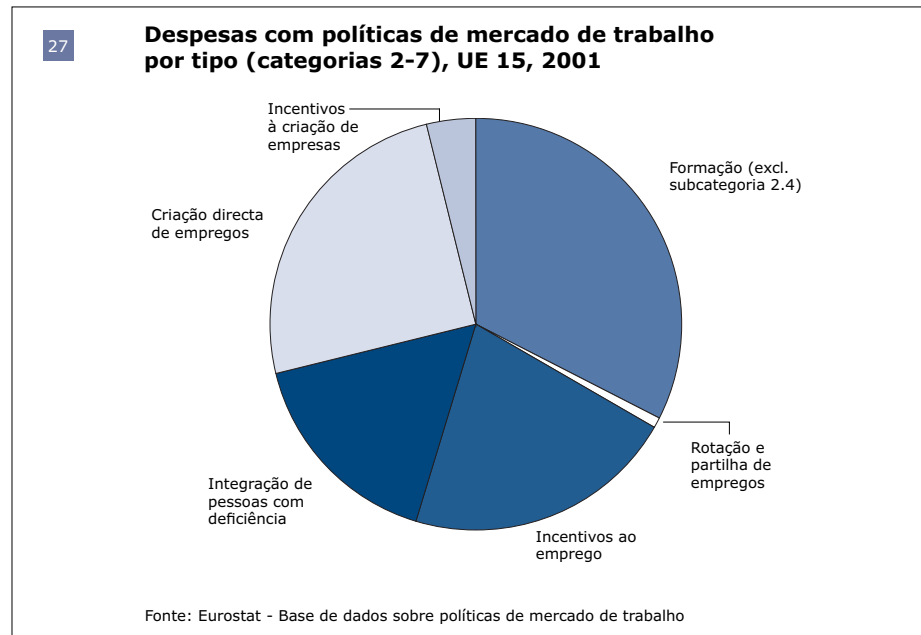
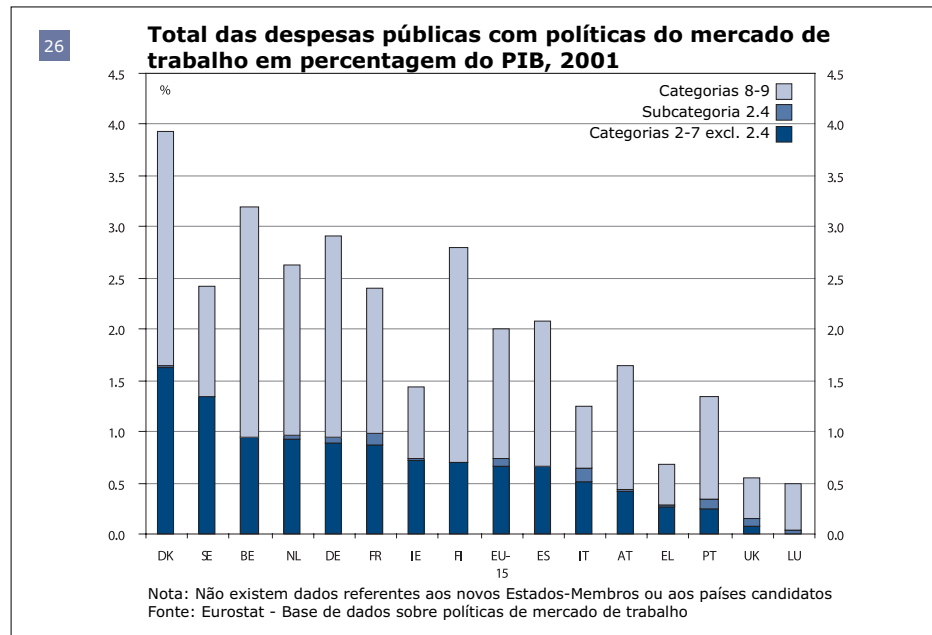
EU-25 EU-15 Euro-zone BE CZ DK DE EE EL ES FR IE IT CY LV LT LU HU MT NL AT PL PT SI SK FI SE UK BG RO TR

Total das despesas públicas com políticas activas do mercado de trabalho em percentagem do PIB, 2001

(Categorias 2-7 excl. 2.4)

: 0,663 : 0,952 : 1,624 0,887 : 0,264 0,658 0,873 0,71 0,509 : : : : : : : 0,92 0,423 : 0,248 : : 0,692 1,341 0,073 : : :

Categorias 2-7: Formação - Rotação e partilha de empregos - Incentivos ao emprego - Integração de pessoas com deficiência - Criação directa de empregos - Incentivos à criação de empresas. Subcategoria 2.4: Apoios especiais para a aprendizagem. Categoria 8-9: Garantia e apoio ao rendimento para as pessoas sem emprego - Reforma antecipada
 Fonte: Eurostat - Base de dados sobre políticas de mercado de trabalho



Distribuição dos rendimentos

Ao nível da UE-25, os 20% mais ricos acumulavam, em 2001, rendimentos 4,4 vezes superiores aos dos 20% mais pobres da população dos Estados-Membros. O fosso entre os que têm menos e os que têm mais é menos acentuado na Dinamarca (3,2), seguido da Suécia, Finlândia, Áustria e Alemanha. É mais notório nos Estados-Membros do Sul, na Irlanda e no Reino Unido. À excepção dos Estados bálticos, as disparidades nos novos Estados-Membros são geralmente próximas da média da UE ou menos acentuadas.

Indicador chave

EU-25 EU-15 Euro-zone BE CZ DK DE EE EL ES FR IE IT CY LV LT LU HU MT NL AT PL PT SI SK FI SE UK BG RO TR

Desigualdades na repartição dos rendimentos (rácio dos quintis de rendimento), 2001 (O rácio do rendimento total acumulado pelos 20% mais ricos (quartil superior) sobre o recebido pelos 20% da população mais pobre (quartil inferior). Deve entender-se por rendimento o rendimento disponível equivalente.)

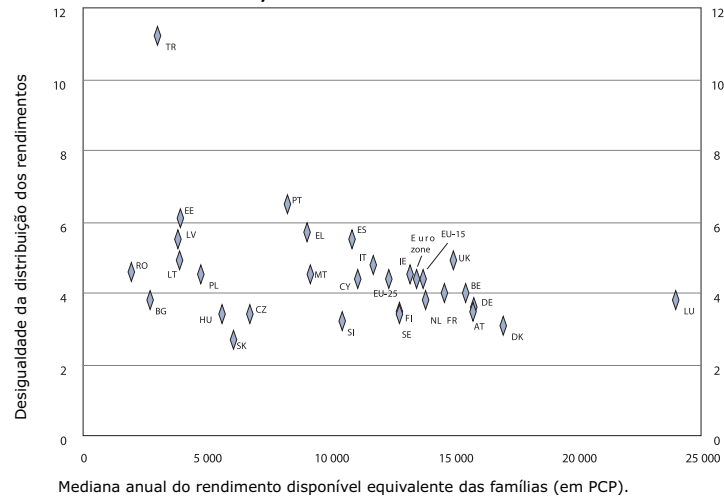
4,4s 4,4s 4,4s 4,0 3,4 3,1 3,6 6,1 5,7 5,5 4,0 4,5 4,8 4,4 5,5 4,9 3,8 3,4 4,5 3,8 3,5 4,5 6,5 3,2 2,7 3,5 3,4 4,9 3,8 4,6 11,2

Nota: CY: 1997, LV: 2002, MT: 2000, SI: 2000, SK: 2003 e TR: 2002.

Fonte: Eurostat – Painel Europeu dos Agregados Familiares UDB, versão de Dezembro de 2003, excepto os novos dez Estados-Membros e os três países candidatos: Inquéritos Nacionais.

28

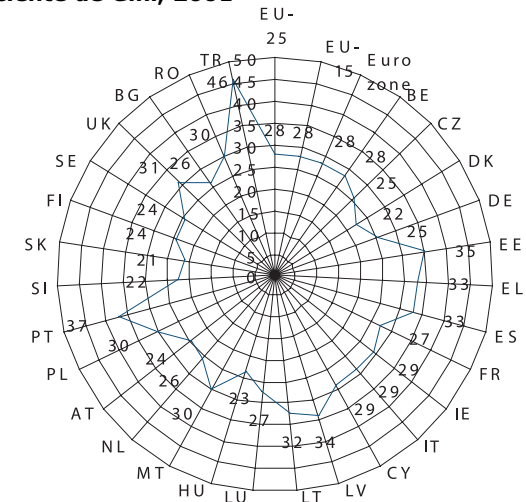
Nível de rendimento e desigualdades na distribuição dos rendimentos, 2001



Nota: CY: 1997, LV: 2002, MT: 2000, SI: 2000, SK: 2003 e TR: 2002.
Fonte: Eurostat – Painel Europeu dos Agregados Familiares UDB, versão de Dezembro de 2003, excepto os novos dez Estados-Membros e os três países candidatos: Inquéritos Nacionais.

29

Coefficiente de Gini, 2001



Nota: CY: 1997, LV: 2002, MT: 2000, SI: 2000, SK: 2003 e TR: 2002.
Fonte: Eurostat – Painel Europeu dos Agregados Familiares UDB, versão de Dezembro de 2003, excepto os novos dez Estados-Membros e os três países candidatos: Inquéritos Nacionais.

Agregados familiares com baixos rendimentos

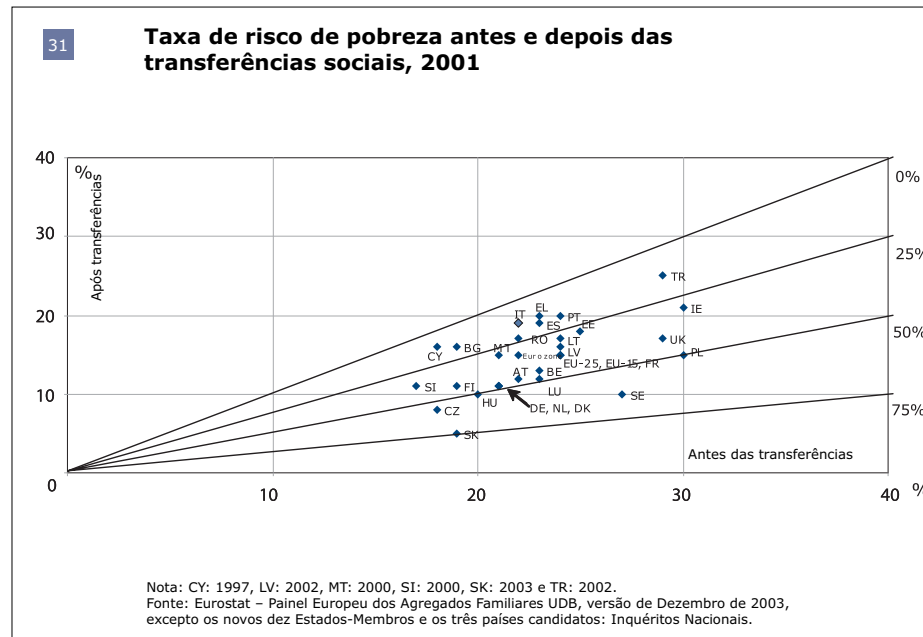
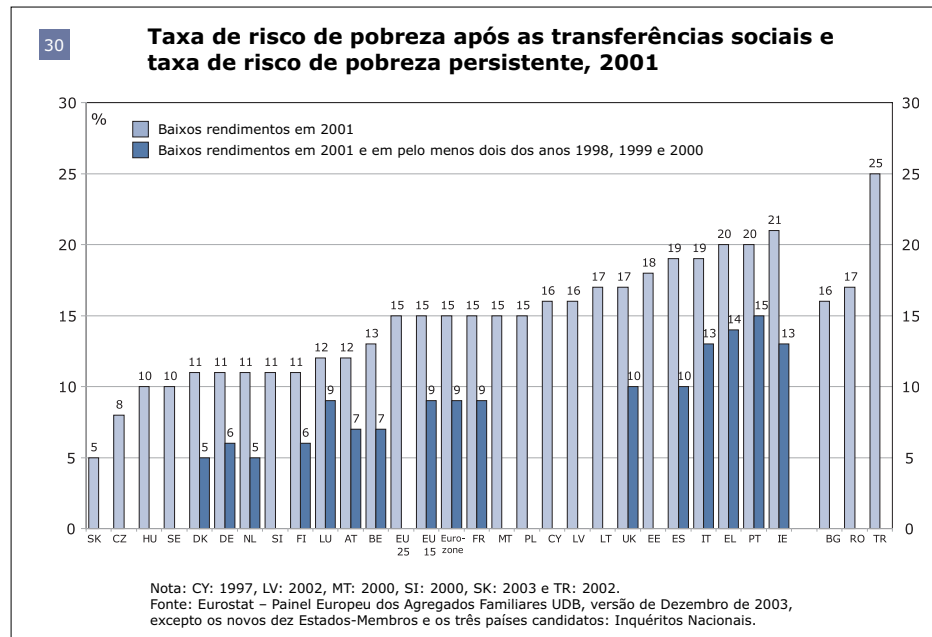
Em 2001, cerca de 15% da população total da UE-25 vivia com um rendimento equivalente inferior a 60% da mediana do respectivo rendimento nacional. Esta percentagem corresponde aproximadamente a 68 milhões de pessoas. Usando a mediana nacional de 60% enquanto limiar, a proporção de pessoas em risco de pobreza era relativamente elevada na Irlanda (21%), nos países mediterrânicos, nos Estados bálticos e no Reino Unido, e relativamente baixa nos países do Benelux, na Alemanha, na Áustria, nos Estados-Membros nórdicos e nos países da Europa Central e de Leste. Entre os “velhos” Estados-Membros, esse número era mais reduzido na Suécia (10%) e ainda mais baixo em alguns dos “novos” países como a Eslováquia (5%) e a República Checa (8%). Neste contexto, há que lembrar que a análise recai sobre a pobreza relativa em cada país e não sobre a pobreza absoluta por referência a um limiar independente. As prestações sociais (pensões e outras transferências) reduzem o número de pessoas em risco de pobreza em todos os países, mas em diferentes graus: a redução oscila entre os 50% ou menos na Grécia, Espanha, Irlanda, Portugal, Chipre e Malta e mais de 75% na Suécia, República Checa, Hungria e Eslováquia.

Indicador chave

	EU-25	EU-15	Euro-zone	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR
Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais, 2001 (a percentagem de pessoas com um rendimento equivalente disponível, antes das transferências sociais, inferior ao limiar de risco de pobreza, ou seja 60% da mediana nacional do rendimento disponível (após transferências sociais). As pensões de velhice e sobrevivência são contabilizadas como rendimento antes das transferências e não como transferências sociais.)																															
Total	24s	24s	22s	23	18	21	21	25	23	23	24	30	22	18	24	24	23	20	21	21	22	30	24	17	19	19	27	29	19	22	29
Mulheres	25s	25s	23s	25	19	24	23	26	24	25	24	32	23	20	25	24	23	21	21	21	25	30	24	18	24	20	29	32	20	23	31
Homens	23s	22s	21s	21	18	18	20	25	21	22	23	29	21	17	24	24	24	20	21	21	19	31	25	17	17	17	25	26	18	22	28
Taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, 2001 (a percentagem de pessoas com um rendimento equivalente disponível inferior ao limiar de risco de pobreza, ou seja 60% da mediana nacional do rendimento disponível.																															
Total	15s	15s	15s	13	8	11	11	18	20	19	15	21	19	16	16	17	12	10	15	11	12	15	20	11	5	11	10	17	16	17	25
Mulheres	16s	17s	16s	15	8	12	12	19	22	20	16	23	20	18	16	17	13	10	15	11	14	15	20	12	12	14	11	19	17	17	25
Homens	14s	14s	14s	12	7	9	10	17	19	17	15	20	19	15	16	17	12	10	15	12	9	16	20	10	3	9	10	15	14	17	25

Nota: CY: 1997, LV: 2002, MT: 2000, SI: 2000, SK: 2003 e TR: 2002.

Fonte: Eurostat – Painel Europeu dos Agregados Familiares UDB, versão de Dezembro de 2003, excepto os novos dez Estados-Membros e os três países candidatos: Inquéritos Nacionais.



Agregados familiares desempregados e salários baixos

Uma importante causa de pobreza e exclusão social reside na falta de emprego ou na baixa remuneração do mesmo. Em 2003, 10,1% das pessoas no grupo etário 18-59 viviam em agregados familiares sem emprego na UE-25 (9,6% na UE-15). Relativamente às crianças entre os 0 e os 17 anos, os números eram 9,7% na UE-25 e 9,8% na UE-15.

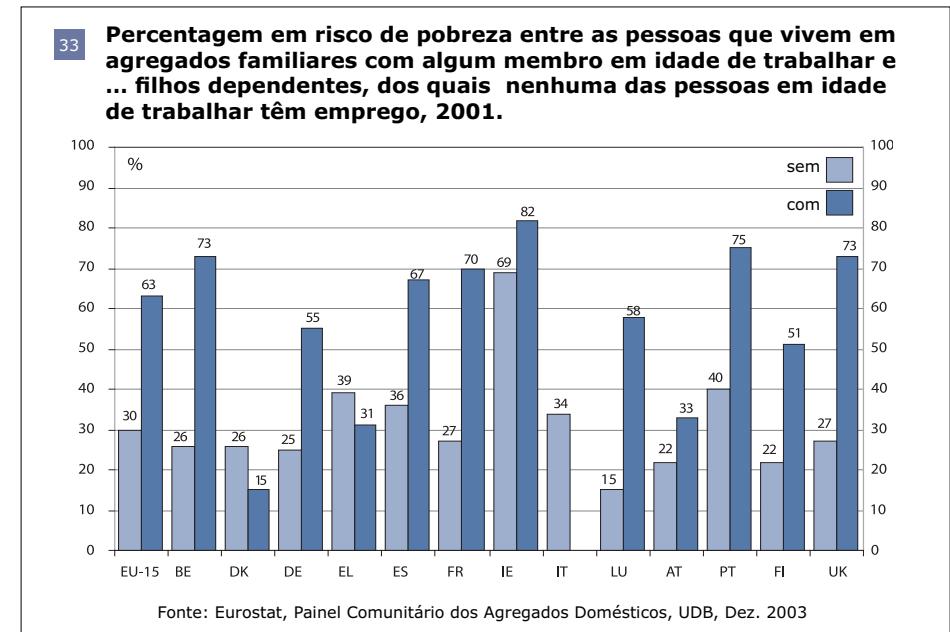
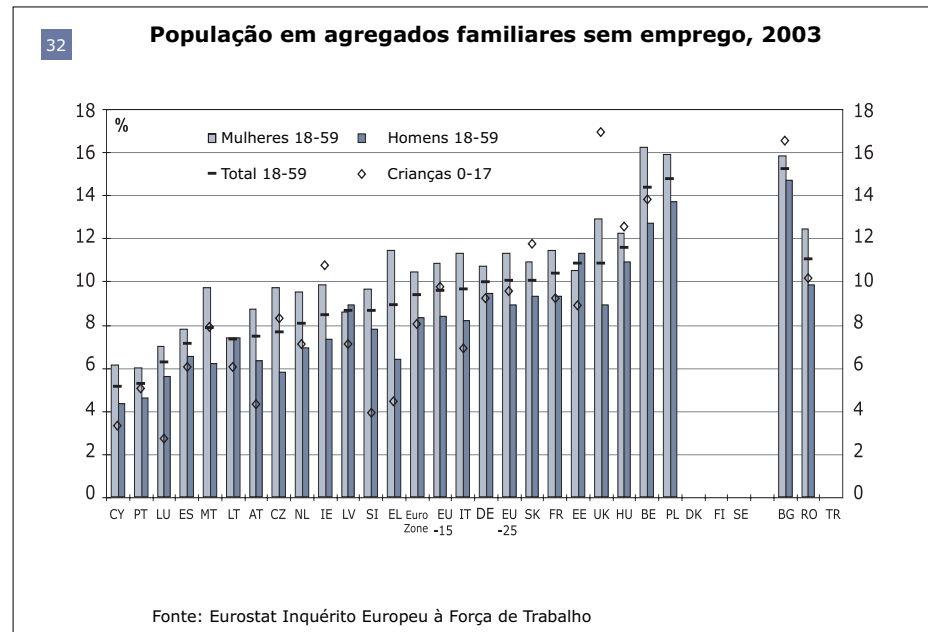
Indicador chave

	EU-25	EU-15	Euro-zone	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR	
Pessoas no grupo etário 18-59 em agregados familiares sem emprego, 2003 (percentagem de pessoas entre os 18 e os 59 anos que vivem em agregados familiares onde ninguém tem emprego. Os estudantes entre os 18 e 24 anos que vivem em agregados compostos apenas por estudantes no mesmo grupo etário não são contabilizados no numerador nem no denominador)																																
Total	10,1e	9,6e	9,4e	14,4	7,7		10,0p	10,9	9,0	7,2	10,4p	8,5p	9,7	5,2	8,7	7,4	6,3p	11,6b	7,9	8,1	7,5p	14,8p	5,3	8,7	10,1			10,9	15,3	11,1		
Mulheres	11,3e	10,8e	10,4e	16,2	9,7		10,7p	10,5	11,4	7,8	11,4p	9,8p	11,3	6,1	8,6	7,4	7,0p	12,2b	9,7	9,5	8,7p	15,9p	6,0	9,6	10,9			12,9	15,8	12,4		
Homens	8,9e	8,4e	8,3e	12,7	5,8		9,4p	11,3	6,4	6,5	9,3p	7,3p	8,2	4,3	8,9	7,4	5,6p	10,9b	6,2	6,9	6,3p	13,7p	4,6	7,8	9,3			8,9	14,7	9,8		

Fonte: Eurostat Inquérito Europeu à Força de Trabalho

Crianças no grupo etário 0-17 em agregados familiares sem emprego, 2003 (percentagem de crianças entre os 0 e os 17 anos que vivem em agregados familiares onde ninguém tem emprego.)	9,6e	9,8e	8,1e	13,9	8,4		9,3p	9,0	4,5	6,1	9,3p	10,8p	7,0	3,4	7,2	6,1	2,8p	12,6b	8,0	7,2	4,4p		5,1	4,0	11,8			17,0	16,6	10,2	
--	------	------	------	------	-----	--	------	-----	-----	-----	------	-------	-----	-----	-----	-----	------	-------	-----	-----	------	--	-----	-----	------	--	--	------	------	------	--

Fonte: Eurostat Inquérito Europeu à Força de Trabalho



Os homens e as mulheres na tomada de decisão

Ao nível da UE, a representação das mulheres no Parlamento Europeu tem vindo a aumentar constantemente com cada eleição desde 1984, sendo de 31% em Janeiro de 2004 (últimas eleições: Junho de 1999). Nas câmaras baixas ou câmaras únicas dos parlamentos nacionais, as mulheres continuam sub-representadas em todos os Estados-Membros, com proporções que variavam em 2003 entre os 8% em Malta e os 45% na Suécia.

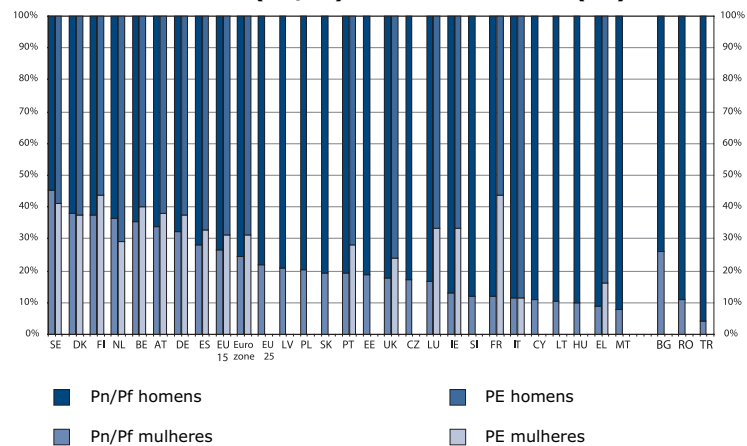
Indicador chave

	EU-25	EU-15	Euro-zone	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR
Percentagem de mulheres nas Câmaras baixas/únicas dos Parlamentos Nacionais/Federais e no Parlamento Europeu (Novembro de 2003 (Pn/Pf) e Janeiro de 2004 (PE)).																															
nP/Pf	21,4i	25,8i	24,6i	35,3	17,0	38,0	32,2	18,8	8,7	28,3	12,2	13,3	11,5	10,7	21,0	10,6	16,7	9,8	7,7	36,7	33,9	20,2	19,1	12,2	19,3	37,5	45,3	17,9	26,3	10,7	4,4
EP	-	31,0i	31,5i	40,0	-	37,5	37,4	-	16,0	32,8	43,7	33,3	11,5	-	-	-	33,3	-	-	29,0	38,1	-	28,0	-	-	43,8	40,9	24,1	-	-	-

Notas: 1) Pn/Pf = Parlamento nacional / Parlamento federal; PE = Parlamento Europeu. 2) Os dados foram fornecidos pelos Parlamentos Nacionais e Parlamento Europeu a 30 de Novembro de 2003 e Janeiro de 2004, respectivamente. 3) Para os Pn/Pf, os dados correspondentes à UE-25, UE-15 e zona-Euro são as médias das percentagens dos Estados Membros respectivos, ao passo que para o PE os dados correspondentes a UE-15 e zona-euro são as percentagens de mulheres entre os euro-parlamentares dos Estados Membros correspondentes. No PE a média de percentagem dos 15 Estados Membros é 32,6%, ao passo que a média de percentagem dos Estados Membros da zona Euro é 32,2%.
 Fonte: União Inter-Parlamentar (<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>) e Parlamento Europeu (http://europa.eu.int/comm/commissioners/index_en.htm).

34

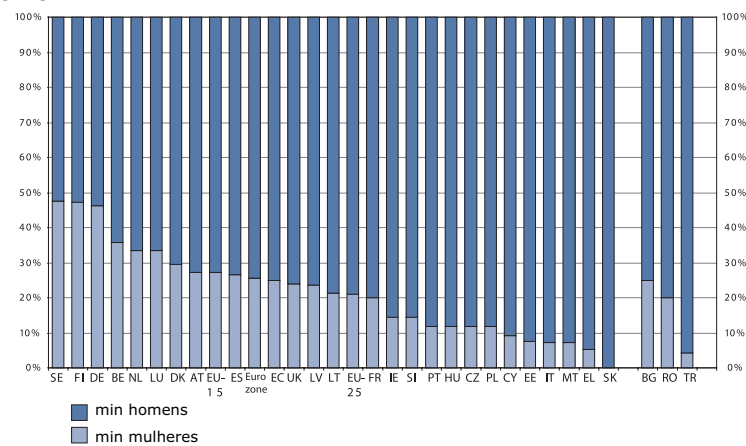
Percentagem de homens e mulheres na Câmara baixa/única nos Parlamentos nacionais/federais e no Parlamento Europeu, Novembro de 2003 (Pn/Pf) e Janeiro de 2004 (PE)



Fonte: União Inter-Parlamentar (<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>) e Parlamento Europeu (<http://www.europarl.eu.int/whoswho/default.htm>).

35

Percentagem de homens e mulheres entre os ministros (min) dos governos nacionais e entre os comissários da Comissão Europeia (CE), 2003



Fonte: Fontes nacionais e Comissão Europeia (http://europa.eu.int/comm/commissioners/index_en.htm)

Remunerações de homens e mulheres

Na UE-15, em 2001, as estimativas revelavam que a remuneração horária média bruta das mulheres era 16% inferior à dos homens. As estatísticas relativas aos novos Estados-Membros não são ainda comparáveis, mas serão ainda assim incluídas nas descrições. As diferenças menos acentuadas encontram-se em Itália, Malta, Portugal e Eslovénia, as mais evidentes na República Checa, Estónia, Alemanha e Reino Unido. A nível da UE, a diferença permanece inalterada desde 1994, o primeiro ano relativamente ao qual existem dados disponíveis. Para reduzir as disparidades salariais entre homens e mulheres, é necessário pôr termo à discriminação directa relacionada com a remuneração bem como à discriminação indirecta ligada à participação na actividade económica, às opções profissionais e à evolução na carreira.

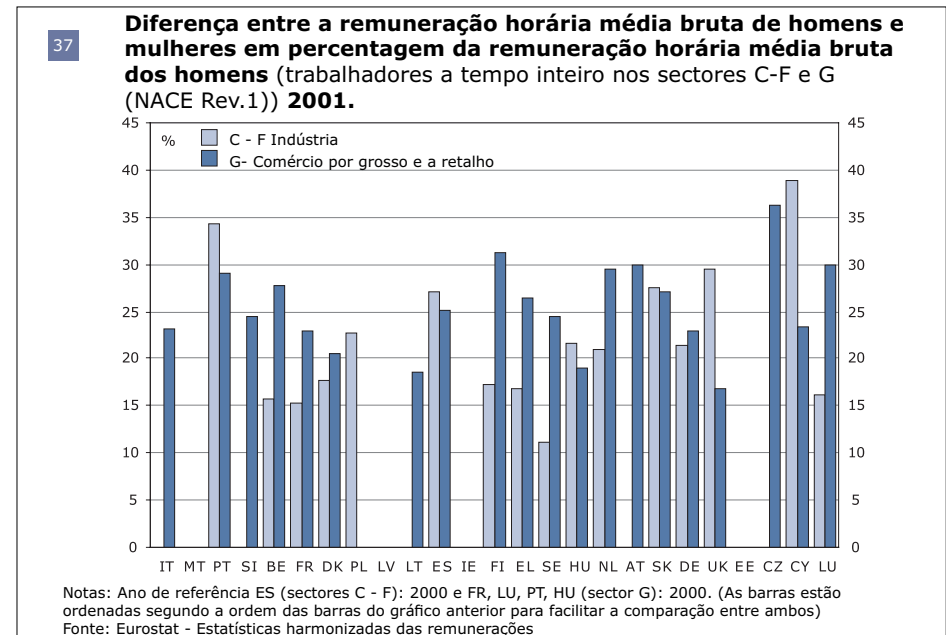
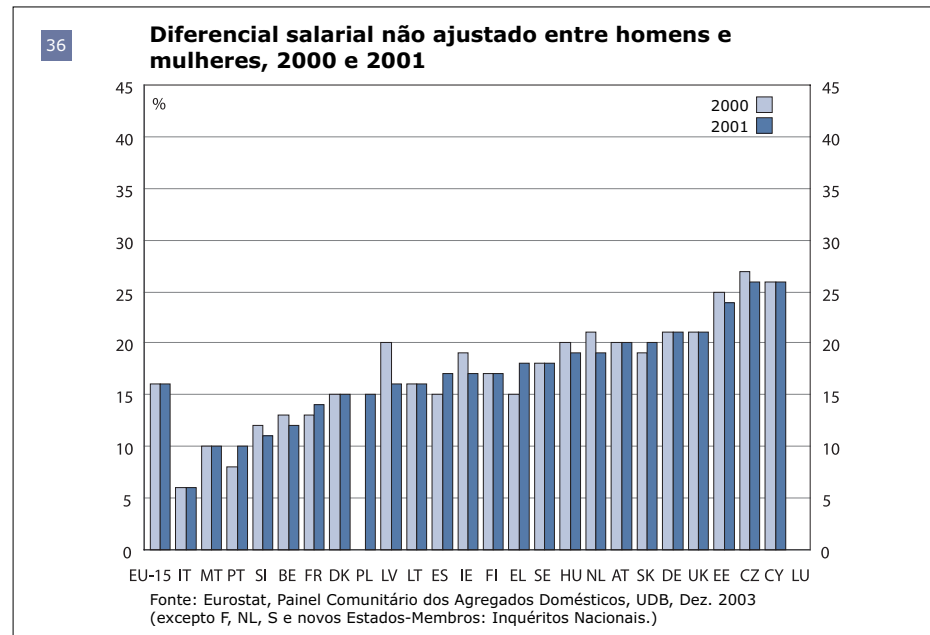
Indicador chave

EU-25 EU-15 Euro-zone BE CZ DK DE EE EL ES FR IE IT CY LV LT LU HU MT NL AT PL PT SI SK FI SE UK BG RO TR

Diferencial salarial não ajustado entre homens e mulheres, 2001 (diferença entre a remuneração horária média bruta de homens e mulheres em percentagem da remuneração horária média bruta dos homens. A população considerada é composta por todos os trabalhadores remunerados dos 16 aos 64 anos, com emprego equivalente a mais de 15 horas semanais).

2001 : 16s 12 26 15 21 24 18 17 14 17 6 26 16 16 18 19 10 19 20 15 10 11 20 17 18 21 : 18 :

Notas: UE-15: Média ponderada de valores nacionais estimada com a inclusão de todos os países.
 CZ: Apenas são incluídos trabalhadores a tempo inteiro em empresas com mais de 9 trabalhadores.
 CY, BG: Apenas são incluídos trabalhadores a tempo inteiro.
 LU - os dados reportam-se a 1996
 HU: Apenas são incluídos trabalhadores a tempo inteiro em empresas com mais de 5 trabalhadores.
 NL: Os dados têm por base os rendimentos anuais incluindo remuneração por horas extraordinárias e pagamentos não regulares.
 PL: Apenas são incluídos trabalhadores em empresas com mais de 9 trabalhadores.
 SI: São incluídos trabalhadores em empresas públicas e em empresas privadas com mais de 2 trabalhadores.
 SE: Os dados têm por base salários mensais equivalentes a tempo inteiro e não remunerações horárias.
 Fonte: Eurostat - Painel Europeu dos Agregados Familiares UDB, versão de Dezembro de 2003 (excepto F, NL, S e os novos Estados-Membros: Inquéritos Nacionais.)



Esperança de vida e estado de saúde

A esperança de vida continua a aumentar e era, em 2001, de 81,6 anos para as mulheres e 75,5 para os homens. Nos 25 Estados-Membros da UE e nos três países candidatos, as mulheres vivem mais do que os homens. À escala da UE-15 em 1996, as mulheres tinham perspectivas de viver até aos 66 anos e os homens até aos 63 sem qualquer deficiência.

Indicador chave

	EU-25	EU-15	Euro-zone	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR	
Esperança de vida à nascença, 2001 (número médio de anos de vida provável de um recém-nascido se sujeito durante a sua vida às condições de mortalidade habituais – probabilidades de morrer em função da idade).																																
Mulheres	: 81,6	81,8	80,1	78,6	79,3	81	76,4	80,7	82,9	82,9	79,6	82,8	81,0	76,6	77,4	80,8	76,4	81,1	80,7	81,7	78,3	80,3	80,3	77,8	81,5	82,1	82	75,3	74,8	71,0		
Homens	: 75,5	75,4	74,5	72,1	74,7	75	64,9	75,4	75,6	75,5	74,6	76,7	76,1	65,2	65,9	75,3	68,1	76,4	75,8	75,9	70,2	73,6	72,3	69,6	74,6	77,6	75,5	68,5	67,7	66,4		

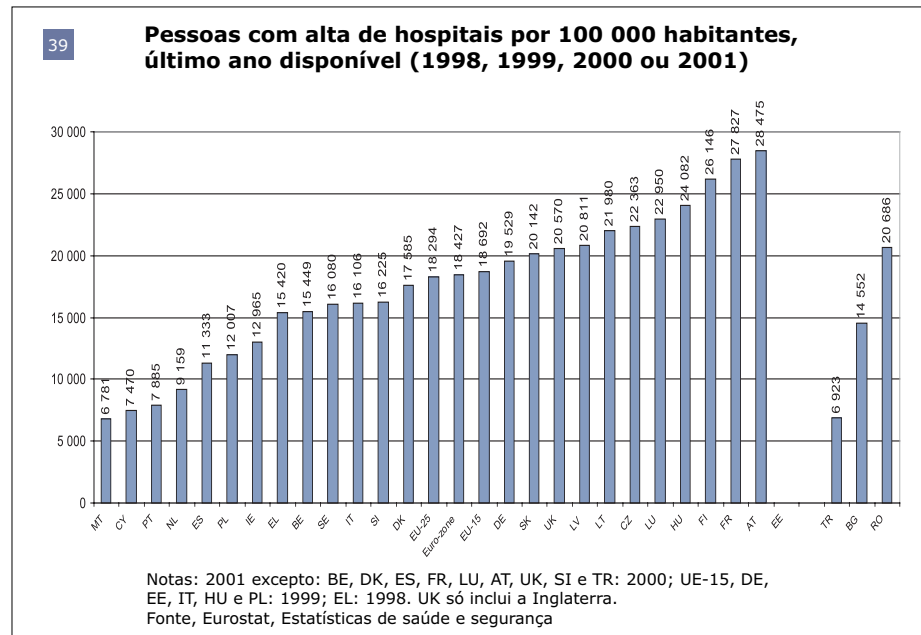
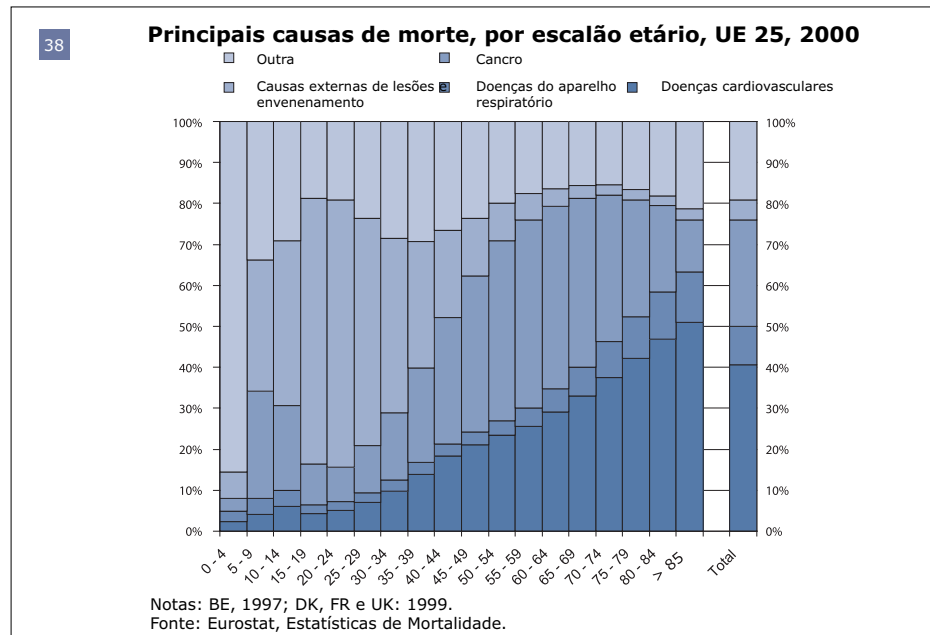
Nota: DE e UK, dados 2000.

Fontes: Eurostat – Estatísticas Demográficas, TR: Conselho da Europa

Esperança de vida à nascença sem deficiência, 1996

Mulheres	: 66	: 69	: 62	69	: 70	68	63	67	70	: :	: :	64	: :	63	66	: 61	: :	59	: 62	: :	: :
Homens	: 63	: 65	: 62	63	: 67	65	60	64	67	: :	: :	61	: :	63	62	: 59	: :	56	: 61	: :	: :

Fonte: Eurostat, Estatísticas de Mortalidade e Painel Comunitário dos Agregados Domésticos



Anexo 2: Principais indicadores sociais por Estado Membro o país candidato

As notas relativas a estes principais indicadores encontram-se logo após o quadro

Nr.	Principais indicadores	Unidade	Ano	UE-25	UE-15	Zona do euro	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU
3	Rácio de dependência dos idosos	%	2003	24,1	25,0e	24,8	26,0	19,7	22,3	25,9	23,5e	26,0e	25,1e	25,1	16,4	26,9e	17,6e	23,3	22,0	20,9
4	Taxa de migração líquida	por 1000 habitantes	2002	2.8e	3.3e	:	3,9	1,2	1,8	2,7	0,1	2,9	5,5	1,1	8,3	6,1	9,7	-0,8	-0,6	5,9
5t	Nível de escolaridade dos jovens - total	%	2002	76,6p	73,8p	72,8	81,1	91,7	79,6	73,3	80,4	81,3	64,9	81,7	83,9	69,1	85,3	73,2b	79,3b	69,8
5f	Nível de escolaridade dos jovens - mulheres	%	2002	79,5p	76,8p	76,1	84,7	91,7	82,3	73,8	87,1	85,9	71,9	82,8	88,1	74,0	90,3	82,2b	80,5b	65,5
5m	Nível de escolaridade dos jovens - homens	%	2002	73,7p	70,8p	69,4	77,6	91,8	76,8	72,6	73,7	76,3	58,2	80,5	79,7	64,2	79,6	64,4b	78,1b	74,0
6t	Aprendizagem ao longo da vida - total	%	2002	8,0	8,5	5,5	6,5	5,9	18,4	5,8	5,2	1,2	5,0	2,7	7,7	4,6	3,7	8,2	3,3b	7,7
6f	Aprendizagem ao longo da vida - mulheres	%	2002	8,6	9,2	5,6	6,3	5,7	20,7	5,5	6,7	1,1	5,4	3,0	8,8	4,7	3,8	10,9	4,2b	6,4
6m	Aprendizagem ao longo da vida - homens	%	2002	7,4	7,9	5,5	6,8	6,1	16,2	6,1	3,6	1,2	4,5	2,4	6,5	4,5	3,6	5,2	2,3b	8,9
7at	Taxa de emprego- total	%	2002	62,9	64,3	62,4	59,9	65,4	75,9	65,3	62,0	56,7	58,4	63,0	65,3	55,5	68,6	60,4	59,9	63,7
7af	Taxa de emprego- mulheres	%	2002	54,7	55,6	53,1	51,4	57,0	71,7	58,8	57,9	42,5	44,1	56,7	55,4	42,0	59,1	56,8	57,2	51,6
7am	Taxa de emprego- homens	%	2002	71,0	72,8	71,7	68,3	73,9	80,0	71,7	66,5	71,4	72,6	69,5	75,2	69,1	78,9	64,3	62,7	75,6
7bt	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos - total	%	2002	38,7	40,1	36,4	26,6	40,8	57,9	38,6	51,6	39,7	39,7	34,8	48,1	28,9	49,4	41,7	41,6	28,3
7bf	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos - mulheres	%	2002	29,1	30,5	26,4	17,5	25,9	50,4	30,1	46,5	24,4	22,0	30,6	30,8	17,3	32,2	35,2	34,1	18,6
7bm	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos - homens	%	2002	48,9	50,1	46,8	36,0	57,2	64,5	47,1	58,4	56,0	58,6	39,3	65,1	41,3	67,3	50,5	51,5	37,9
8at	Taxa de desemprego- total	%	2002	8,8	7,7	8,4	7,3	7,3	4,6	8,6	9,5	10,0	11,3	8,8	4,3	9,0	3,9	12,6	13,6	2,8
8af	Taxa de desemprego- mulheres	%	2002	9,8	8,7	9,9	8,2	9,0	4,7	8,4	8,9	15,0	16,4	10,0	4,0	12,2	4,9	11,4	13,4	3,9
8am	Taxa de desemprego- homens	%	2002	8,0	6,9	7,3	6,6	6,0	4,4	8,7	10,1	6,6	8,0	7,7	4,6	7,0	3,0	13,6	13,7	2,1
8bt	Taxa de desemprego de longa duração- total	%	2002	3,8	3,0	3,5	3,5	3,7	0,9	4,0	4,8	5,1	3,9	2,8	1,3	5,3	0,8	5,8	7,0	0,8
8bf	Taxa de desemprego de longa duração- mulheres	%	2002	4,5	3,6	4,4	4,1	4,5	0,9	4,1	3,8	8,3	6,3	3,3	0,7	7,2	1,2	5,0	6,9	1,0
8bm	Taxa de desemprego de longa duração- homens	%	2002	3,3	2,6	2,9	3,1	2,9	0,8	3,9	5,7	3,0	2,3	2,2	1,7	4,1	0,5	6,5	7,2	0,6
9	Despesas públicas com protecção social, em percentagem do PIB	%	2001	:	27,5	27,4	27,5	:	29,5	29,8	:	27,2	20,1	30,0	14,6	25,6	:	:	:	21,2
10	Prestações de velhice e sobrevivência em percentagem do total das prestações sociais	%	2001	:	46,1	46,4	43,7	:	38,0	42,5	:	51,3	45,3	43,7	24,8	62,3	:	:	:	39,4
11	Total das despesas públicas com políticas activas do mercado de trabalho em percentagem do PIB	%	2001	:	0,663	:	0,952	:	1,624	0,887	:	0,264	0,658	0,873	0,710	0,509	:	:	:	:
12	Desigualdade da distribuição dos rendimentos	Rácio	2001	4,4s	4,4s	4,4s	4,0	3,4	3,1	3,6	6,1	5,7	5,5	4,0	4,5	4,8	4,4	5,5	4,9	3,8
13at	Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais - total	%	2001	24s	24s	22s	23	18	21	21	25	23	23	24	30	22	18	24	24	23
13af	Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais - mulheres	%	2001	25s	25s	23s	25	19	24	23	26	24	25	24	32	23	20	25	24	23
13am	Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais - homens	%	2001	23s	22s	21s	21	18	18	20	25	21	22	23	29	21	17	24	24	24
13bt	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais - total	%	2001	15s	15s	15s	13	8	11	11	18	20	19	15	21	19	16	16	17	12
13bf	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais - mulheres	%	2001	16s	17s	16s	15	8	12	12	19	22	20	16	23	20	18	16	17	13
13bm	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais - homens	%	2001	14s	14s	14s	12	7	9	10	17	19	17	15	20	19	15	16	17	12
14at	Pessoas no grupo etário 18-59 em agregados familiares sem emprego - total	%	2003	10,1e	9,6e	9,4e	14,4	7,7	:	10,0p	10,9	9,0	7,2	10,4p	8,5p	9,7	5,2	8,7	7,4	6,3p
14af	Pessoas no grupo etário 18-59 em agregados familiares sem emprego - mulheres	%	2003	11,3e	10,8e	10,4e	16,2	9,7	:	10,7p	10,5	11,4	7,8	11,4p	9,8p	11,3	6,1	8,6	7,4	7,0p
14am	Pessoas no grupo etário 18-59 em agregados familiares sem emprego - homens	%	2003	8,9e	8,4e	8,3e	12,7	5,8	:	9,4p	11,3	6,4	6,5	9,3p	7,3p	8,2	4,3	8,9	7,4	5,6p
14b	Crianças no grupo etário 0-17 em agregados familiares sem emprego	%	2003	9,6e	9,8e	8,1e	13,9	8,4	:	9,3p	9,0	4,5	6,1	9,3p	10,8p	7,0	3,4	7,2	6,1	2,8p
15af	Percentagem de mulheres na Câmara baixa/única nos Parlamentos nacionais/federais	%	11/2003	21,4i	25,8i	24,6i	35,3	17,0	38,0	32,2	18,8	8,7	28,3	12,2	13,3	11,5	10,7	21,0	10,6	16,7
15 bf	Percentagem de mulheres no Parlamento Europeu	%	01/2004	-	31,0i	31,5i	40,0	-	37,5	37,4	-	16,0	32,8	43,7	33,3	11,5	-	-	-	33,3
16	Diferença salarial não ajustado entre homens e mulheres	%	2001	:	16s	:	12	26	15	21	24	18	17	14	17	6	26	16	16	18
17af	Esperança de vida à nascença - mulheres	Anos	2001	:	81,6	81,8	80,1	78,6	79,3	81,0	76,4	80,7	82,9	82,9	79,6	82,8	81,0	76,6	77,4	80,8
17am	Esperança de vida à nascença - homens	Anos	2001	:	75,5	75,4	74,5	72,1	74,7	75,0	64,9	75,4	75,6	75,5	74,6	76,7	76,1	65,2	65,9	75,3
17bf	Esperança de vida à nascença sem uma deficiência - mulheres	Anos	1996	:	66	:	69	:	62	69	:	70	68	63	67	70	:	:	:	64
17bm	Esperança de vida à nascença sem uma deficiência - homens	Anos	1996	:	63	:	65	:	62	63	:	67	65	60	64	67	:	:	:	61
18at	Acidentes graves no trabalho - total	Índex (1998=100)	2001	94p	94p	92p	83	91	82	88	132	86	106	98	105	92	112	116	85	97
18af	Acidentes graves no trabalho - mulheres	Índex (1998=100)	2001	100p	100p	98p	88	97	88	94	181	77	110	110	173	88	123	:	87	101
18am	Acidentes graves no trabalho - homens	Índex (1998=100)	2001	93p	93p	92p	84	89	83	89	120	89	108	94	91	96	100	:	87	98
18b	Acidentes mortais de trabalho	Índex (1998=100)	2001	80p	79p	77p	124	96	55	65	78	78	81	79	43	62	62i	140	105	37i

HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	BG	RO	TR	Principais indicadores	Nr.
22,4	18,2	20,3	22,8	18,4	24,7	21,0	16,5	22,9	26,5	23,7e	24,9	20,6	:	Rácio de dependência dos idosos	3
0,3	4,8e	1,7	3,2	-0,3	6,8	1,1	0,2	1,0	3,5	2,1e	0,0	-0,1	1,4e	Taxa de migração líquida	4
85,7	39,0	73,3	85,0	88,1	43,7	90,0	94,0	86,2	86,7	77,2p	77,5	75,3	:	Nível de escolaridade dos jovens - total	5t
85,8	42,2	76,7	84,4	91,3	52,0	92,3	95,3	90,4	88,3	78,5p	80,2	77,3	:	Nível de escolaridade dos jovens - mulheres	5f
85,5	36,1	70,0	85,6	84,8	35,4	87,9	92,6	81,9	85,2	75,9p	75,0	73,1	:	Nível de escolaridade dos jovens - homens	5m
3,3	4,4	16,4	7,5	4,3	2,9	9,1	9,0	18,9	18,4	22,3	1,3	1,1	:	Aprendizagem ao longo da vida - total	6t
3,7	3,8	15,9	7,4	4,7	3,3	9,4	9,4	21,4	21,2	26,3	1,3	1,0	:	Aprendizagem ao longo da vida - mulheres	6f
2,9	4,9	16,9	7,6	3,9	2,4	8,8	8,7	16,5	15,7	18,6	1,4	1,2	:	Aprendizagem ao longo da vida - homens	6m
56,6	54,5	74,4	69,3	51,5	68,2	63,4	56,8	68,1	73,6	71,7	50,6	57,6	45,6	Taxa de emprego- total	7at
50,0	33,6	66,2	63,1	46,2	60,8	58,6	51,4	66,2	72,2	65,3	47,5	51,8	25,5	Taxa de emprego- mulheres	7af
63,5	75,3	82,4	75,7	56,9	75,9	68,2	62,4	70,0	74,9	78,0	53,7	63,6	65,5	Taxa de emprego- homens	7am
26,6	30,3	42,3	30,0	26,1	50,9	24,5	22,8	47,8	68,0	53,5	27,0	37,3	33,8	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos - total	7bt
18,5	11,8	29,9	20,9	18,9	41,9	14,2	9,5	47,2	65,6	44,7	18,2	32,6	21,0	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos - mulheres	7bf
36,7	50,4	54,6	39,8	34,5	61,2	35,4	39,1	48,5	70,4	62,6	37,0	42,7	47,3	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos - homens	7bm
5,6	7,4	2,7	4,3	19,8	5,1	6,1	18,7	9,1	4,9	5,1	17,8	7,5	10,3	Taxa de desemprego- total	8at
5,1	9,5	3,0	4,5	20,7	6,1	6,5	18,9	9,1	4,6	4,5	17,0	7,1	9,4	Taxa de desemprego- mulheres	8af
6,0	6,5	2,5	4,1	19,0	4,2	5,8	18,6	9,1	5,3	5,6	18,5	7,8	10,7	Taxa de desemprego- homens	8am
2,4	3,2	0,7	0,8	10,9	1,8	3,3	12,1	2,3	1,0	1,1	11,9	3,8	3,2	Taxa de desemprego de longa duração- total	8bt
2,1	2,4	0,8	1,1	12,3	2,2	3,4	12,5	2,0	0,8	0,7	11,5	3,7	3,6	Taxa de desemprego de longa duração- mulheres	8bf
2,7	3,4	0,6	0,6	9,7	1,4	3,3	11,7	2,5	1,2	1,4	12,3	3,8	3,0	Taxa de desemprego de longa duração- homens	8bm
19,9	18,3	27,6	28,4	:	23,9	25,6	19,1	25,8	31,3	27,2	:	:	:	Despesas públicas com protecção social, em percentagem do PIB	9
42,6	53,8	41,8	49,5	:	45,7	45,5	39,8	36,6	39,0	46,5	:	:	:	Prestações de velhice e sobrevivência em percentagem do total das prestações sociais	10
:	:	0,920	0,423	:	0,248	:	:	0,692	1,341	0,073	:	:	:	Total das despesas públicas com políticas activas do mercado de trabalho em percentagem do PIB	11
3,4	4,5	3,8	3,5	4,5	6,5	3,2	2,7	3,5	3,4	4,9	3,8	4,6	11,2	Desigualdade da distribuição dos rendimentos	12
20	21	21	22	30	24	17	19	19	27	29	19	22	29	Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais - total	13at
21	21	21	25	30	24	18	24	20	29	32	20	23	31	Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais - mulheres	13af
20	21	21	19	31	25	17	17	17	25	26	18	22	28	Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais - homens	13am
10	15	11	12	15	20	11	5	11	10	17	16	17	25	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais - total	13bt
10	15	11	14	15	20	12	12	14	11	19	17	17	26	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais - mulheres	13bf
10	15	12	9	16	20	10	3	9	10	15	14	17	25	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais - homens	13bm
11,6b	7,9	8,1	7,5p	14,8p	5,3	8,7	10,1	:	:	10,9	15,3	11,1	:	Pessoas no grupo etário 18-59 em agregados familiares sem emprego - total	14at
12,2b	9,7	9,5	8,7p	15,9p	6,0	9,6	10,9	:	:	12,9	15,8	12,4	:	Pessoas no grupo etário 18-59 em agregados familiares sem emprego - mulheres	14af
10,9b	6,2	6,9	6,3p	13,7p	4,6	7,8	9,3	:	:	8,9	14,7	9,8	:	Pessoas no grupo etário 18-59 em agregados familiares sem emprego - homens	14am
12,6b	8,0	7,2	4,4p	:	5,1	4,0	11,8	:	:	17,0	16,6	10,2	:	Crianças no grupo etário 0-17 em agregados familiares sem emprego	14b
9,8	7,7	36,7	33,9	20,2	19,1	12,2	19,3	37,5	45,3	17,9	26,3	10,7	4,4	Percentagem de mulheres na Câmara baixa/única nos Parlamentos nacionais/federais	15af
-	-	29,0	38,1	-	28,0	-	-	43,8	40,9	24,1	-	-	-	Percentagem de mulheres no Parlamento Europeu	15 bf
19	10	19	20	15	10	11	20	17	18	21	:	18	:	Diferencial salarial não ajustado entre homens e mulheres	16
76,4	81,1	80,7	81,7	78,3	80,3	80,3	77,8	81,5	82,1	80,2	75,3	74,8	71,0	Esperança de vida à nascença - mulheres	17af
68,1	76,4	75,8	75,9	70,2	73,6	72,3	69,6	74,6	77,6	75,5	68,5	67,7	66,4	Esperança de vida à nascença - homens	17am
:	:	63	66	:	61	:	:	59	:	62	:	:	:	Esperança de vida à nascença sem uma deficiência - mulheres	17bf
:	:	63	62	:	59	:	:	56	:	61	:	:	:	Esperança de vida à nascença sem uma deficiência - homens	17bm
86	99	92	83	78	88	94	84	87b	113	110	87	113	90	Acidentes graves no trabalho - total	18at
90	89	:	73	:	87	95	83	87b	106	111	:	112	:	Acidentes graves no trabalho - mulheres	18af
85	101	:	86	:	89	92	84	87b	116	108	:	117	:	Acidentes graves no trabalho - homens	18am
71	48i	79	94	92	104	105	71	98b	105	92	100	97	92	Acidentes mortais de trabalho	18b

Notas relativas a cada indicador

- 3 Na EU-25 o número de pessoas com 65 anos ou mais correspondia a 24,1% da população em idade activa (15-64 anos) em 2003.
- 4 A diferença entre imigração e emigração na UE-15 em 2002 era de +2,8% por cada mil habitantes (mais imigrantes).
- 5t Em 2002, 76,6% da população da UE-25 haviam concluído pelo menos o ensino secundário superior (Bacharelato, Abitur, estágio ou equivalente)
- 6t Na UE-25, em 2002, 8,0% da população na faixa etária dos 25-64 anos participaram em acções de ensino/formação nas últimas quatro semanas anteriores à data do inquérito.
- 7at 62,9% da população da UE-25 no escalão dos 15-64 anos tinham emprego em 2002.
- 7bt 38,7% da população da UE-25 no escalão dos 55-64 anos tinham emprego em 2002.
- 8at 8,8% da população activa da UE-25 (i.e. força de trabalho, pessoas com emprego e pessoas entre os 15 e os 74 anos à procura de trabalho) tinham emprego em 2002.
- 8bt Em 2002, 3,8% da população activa da UE-25 (i.e. força de trabalho, pessoas com emprego e pessoas entre os 15 e os 74 anos à procura de trabalho) estavam desempregados há pelo menos um ano.
- 9 Em 2001, as despesas com a protecção social representaram 27,5% do Produto Interno Bruto (PIB) da UE-15.
- 10 Na UE-25, as prestações de velhice e sobrevivência representam a principal fatia das despesas com a protecção social (46,1% do total das prestações em 2001).
- 11 Em 2001, as despesas públicas com políticas activas do mercado de trabalho representaram 0,663% do Produto Interno Bruto (PIB) da UE-15.
- 12 Em média ponderada da população dos Estados-Membros da UE-25, os 20% mais ricos acumulavam, em 2001, rendimentos 4,4 vezes superiores aos dos 20% mais pobres da população dos Estados-Membros.
- 13at Em 2001, na UE-25, antes das transferências, 24% da população teria vivido abaixo do limiar de risco de pobreza, definido em 60% da mediana nacional do rendimento disponível (após transferências sociais). As pensões de velhice e sobrevivência são contabilizadas como rendimento antes das transferências e não como transferências sociais.)
- 13bt Em 2001, na UE-25, antes das transferências, 15% da população vivam abaixo do limiar de risco de pobreza, definido em 60% da mediana nacional do rendimento disponível (após transferências sociais).
- 14at Na UE-25, 10,1% da população no escalão etário 18-59 vivam em agregados familiares sem emprego em 2003. Os estudantes entre os 18 e 24 anos que vivem em agregados compostos apenas por estudantes no mesmo grupo etário não são contabilizados no numerador nem no denominador)
- 14b Na UE-25, 9,6% das crianças no escalão etário 0-17 viviam em agregados familiares sem emprego em 2003.
- 15af Na Suécia, 45,3% dos lugares (presidente e deputados) da câmara baixa ou câmara única do parlamento nacional ou federal (câmara única do Parlamento Nacional no caso da Suécia) eram ocupados por mulheres em Novembro de 2003.
- 15bf 40,9% dos lugares do Parlamento Europeu são ocupados por mulheres Suecas (Janeiro de 2004)
- 16 Na UE-15, a remuneração horária média bruta das mulheres era 16% menos do que a dos homens em 2001. A população considerada é a de todos os trabalhadores remunerados dos 16 aos 64 anos, com emprego equivalente a mais de 15 horas semanais
- 17a O número médio de anos provável de um recém nascido se sujeito durante a sua vida às condições de mortalidade habituais (probabilidades de morrer em função da idade) na UE-15 é de 81,6/75,5 anos.
- 17b Em média, na UE-15, um cidadão do sexo feminino/masculino pode esperar viver até aos 63/66 anos sem qualquer deficiência (dados de 1996).
- 18at Em 2001, na UE-25, houve 6 % menos acidentes graves de trabalho (ausências superiores a 3 dias) por 100 000 habitantes com emprego do que em 1998.
- 18b Em 2001, houve 20 % menos acidentes mortais de trabalho (ausências superiores a 3 dias) por 100 000 habitantes com emprego do que em 1998.

Anexo III: Símbolos, códigos dos países e agrupamentos de países, outras abreviaturas e acrónimos

Símbolos

Símbolos usados nos quadros

Os valores especiais são códigos que substituem dados reais:

:	não disponível
0	menos de metade da unidade utilizada
-	não aplicável ou zero real ou zero por defeito

As letras são códigos acrescentados aos dados e que definem uma característica específica:

b	interrupção na série (ver notas explicativas)
e	valor estimado
f	previsão
i	mais informações na nota no final do quadro (da principal apresentação)
p	valor provisório
r	valor revisto
s	estimativa do Eurostat
u	dados não fidedginos ou incertos (ver notas explicativas)

Outros símbolos

%	percentagem
---	-------------

Códigos dos países e agrupamentos de países

Códigos dos países

AT	Áustria	BE	Bélgica	BG	Bulgária	CY	Chipre
CZ	República Checa	DE	Alemanha	DK	Dinamarca	EE	Estónia
EL	Grécia	ES	Espanha	FI	Finlândia	FR	França
HU	Hungria	IE	Irlanda	IT	Itália	LU	Luxemburgo
LV	Letónia	LT	Lituânia	MT	Malta	NL	Países Baixos
PL	Polónia	PT	Portugal	RO	Roménia	SE	Suécia
SI	Eslovénia	SK	Eslovaquia	TR	Turquia	UK	Reino Unido

Agrupamentos de países

UE-25	Os 25 Estados-Membros que constituem a União Europeia a partir de 1.5.2004: BE, CZ, DK, DE, EE, EL, ES, FR, IE, IT, CY, LV, LT, LU, HU, MT, NL, AT, PL, PT, SI, SK, FI, SE e UK
UE-15	Os 15 Estados-Membros que constituem a União Europeia até 30.4.2004: BE, DK, DE, EL, ES, FR, IE, IT, LU, NL, AT, PT, FI, SE e UK
Zona do euro	A zona do euro contou com 11 países participantes (BE, DE, ES, FR, IE, IT, LU, NL, AT, PT e FI) até 31.12.2000 e 12 países participantes a partir de 1.1.2001 (os 11 anteriores e a EL).

Os **velhos** Estados-Membros são os países constituintes da UE-15.

Os **novos** Estados-Membros são Chipre, a República Checa, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, Malta, a Polónia, a Eslováquia e a Eslovénia.

Os **países candidatos** (nesta publicação) são a Bulgária, a Roménia e a Turquia.

Os Estados-membros do **Sul** são a Grécia, a Espanha, a Itália e Portugal.

Os Estados-Membros **nórdicos** são a Dinamarca, a Finlândia e a Suécia.

Os países **Benelux** são a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo.

Os estados **Bálticos** são a Estónia, Letónia e Lituânia.

Outras abreviaturas e acrónimos

UE	União Europeia	Eurostat	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
PIB	Produto Interno Bruto	OIT	Organização Internacional do Trabalho
PML	Política do Mercado de Trabalho	NACE Rev. 1	Classificação Estatística das Actividades Económicas na Comunidade Europeia
PCP	Poder de Compra Padrão		